



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

Luiza Chaves Gabriel

A Qualidade do Crescimento Econômico no Rio de Janeiro na década de 1990

Rio de Janeiro

2010

Luiza Chaves Gabriel

A Qualidade do Crescimento Econômico no Rio de Janeiro na década de 1990

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro aprovada como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor René Louis de Carvalho

Rio de Janeiro

2010

Luiza Chaves Gabriel

A Qualidade do Crescimento Econômico no Rio de Janeiro na década de 1990

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro aprovada como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. René Louis de Carvalho – Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Nelson Chalfun
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Maria Silvia Possas
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 2010

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

Agradecimento

Agradeço aos meus pais, que me deram meios para desenvolver esse trabalho, ao meu orientador e amigo Professor René de Carvalho pela ajuda e atenção sempre a mim dedicada. Agradeço aos meus amigos de trabalho pela compreensão e a todos que me ajudaram direta ou indiretamente durante a realização deste trabalho.

Resumo

O presente estudo analisa o conceito de crescimento e desenvolvimento, enfatizando suas diferenças. A seguir apresentam-se as diversas definições de pobreza, incluindo pobreza multidimensional, transitória, crônica, absoluta, relativa e do ponto de vista da renda. Avalia-se a diminuição da desigualdade social no combate à pobreza e o papel das políticas sociais nesse contexto. Posteriormente são analisados os indicadores sociais no Brasil, no Estados brasileiros, principalmente Rio de Janeiro. Ilustram-se o crescimento do PIB e da renda per capita no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, seguido pela verificação de dados que mostram a diminuição da pobreza e da indigência em ambos, ressaltando que a elasticidade crescimento-indigência foi menor no Rio de Janeiro que no país. Avalia-se o aumento da intensidade da indigência e da pobreza, ressaltando o aumento na intensidade da indigência no Rio de Janeiro. Em seguida observa-se o aumento no IDH no Brasil e no Rio de Janeiro, apesar da desigualdade ter aumentado no Brasil e permanecido constante no Estado, como mostra o índice de Gini. Analisa-se então o mercado de trabalho, enfatizando o aumento do desemprego no país e no Rio de Janeiro. Observa-se a diminuição da proporção de trabalhadores com carteira assinada no total da ocupação e na geração de novos postos de trabalho. Ressalta-se o aumento da informalidade no Brasil e principalmente no Estado do Rio de Janeiro no período. Por fim, observa-se a evolução da renda per capita, percentual de pobres e indigentes segundo as oito regiões do Estado, ressaltando o baixo desempenho da Região Metropolitana em traduzir o crescimento da renda em diminuição da pobreza. Nesse contexto, diferencia-se a participação do interior do Estado na economia.

Palavras-chave: pobreza, crescimento, desenvolvimento, desigualdade

Abstract

This study examines the concept of growth and development, emphasizing their differences. After that, the analyze shows the various definitions of poverty, including poverty multidimensional, transient, chronic, absolute, relative and in terms of income. We analyze the reduction of social inequality in the fight against poverty and the role of social policies in this context. Subsequently, we analyze the social indicators in Brazil, in the Brazilian states, especially Rio de Janeiro. They illustrate the growth of GDP and per capita income in Brazil and in Rio de Janeiro, followed by verification of data showing the reduction of poverty and indigence in both, noting that the growth-poverty elasticity was lower in Rio de Janeiro than in the country. Weighs the increase in the intensity of destitution and poverty, highlighting the increase in the intensity of poverty in Rio de Janeiro. Then there is the increase in the HDI in Brazil and Rio de Janeiro, despite the inequality have been increased in Brazil and remained constant in the state, as shown by the Gini index. Then analyzes the labor market, emphasizing the increase in unemployment in the country and in Rio de Janeiro. After that, we observe the decrease in the proportion of workers with formal jobs in total employment and the generation of new jobs. Should be mentioned the increase in informality in Brazil and especially in Rio de Janeiro in the period. Finally we observe the evolution of per capita income, percentage of poor and indigent according to eight regions of the state, highlighting the poor performance of the metropolitan area in translating the income growth in poverty alleviation. In this context, differs from the participation in the state in the economy.

Keywords: poverty, growth, development, inequality

Sumário

Introdução	10
1. Capítulo 1: Análise do Crescimento e Desenvolvimento Econômico	11
1.1. Crescimento e Desenvolvimento Econômico	16
1.2. Pobreza	20
1.3. Desigualdade Social	24
1.4. Políticas Sociais	26
2. Capítulo 2 - A Qualidade do Crescimento Econômico	28
2.1. O crescimento econômico no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990	29
2.2. Análise da Evolução da Renda Per Capita na década de 1990	33
2.3. Pobreza e Indigência na década de 1990	35
2.3.1. Intensidade da Pobreza e da Indigência na década de 1990	37
2.4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	40
2.4.1. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil na década de 1990	41
2.4.2. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990	42
2.5. Índice de Gini	43
2.6. Mercado de Trabalho	44
2.6.1. Desemprego no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990	46
2.6.2. Pessoal Ocupado no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990	48
2.6.3. Qualidade do Emprego no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990	50
2.6.4. A Evolução do Salário Mínimo na década de 1990	52
2.6.5. A Informalidade no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990	54
2.7. O Estado do Rio de Janeiro segundo suas regiões	59

2.7.1. A evolução da pobreza segundo as regiões do Estado do Rio de Janeiro na década de 1990	61
2.7.2 Análise comparativa do crescimento econômico no interior do Estado do Rio de Janeiro.....	64
Conclusão	66
Bibliografia.....	68

Introdução

Em meados da década de 1990, o Rio de Janeiro apresentou um crescimento econômico que motivou discussões acerca da continuidade desta trajetória nos anos subseqüentes.

Neste debate, é interessante analisar a qualidade do crescimento ocorrido na economia. Para tal, o presente estudo irá discutir no primeiro capítulo os conceitos de crescimento (e crescimento pró-pobre), desenvolvimento econômico, pobreza e desigualdade social.

No segundo capítulo serão apresentados indicadores econômicos do Brasil e dos Estados brasileiros, principalmente do Rio de Janeiro.

O estudo apresentará inicialmente a variação do PIB brasileiro e do Estado do Rio de Janeiro, visando comparar suas trajetórias de crescimento ao longo da década de 1990.

O crescimento da economia reflete diretamente na renda per capita da população, que será estudada na seqüência. Posteriormente serão analisados os indicadores de pobreza e indigência que demonstram as condições de vida da população.

Para avaliar o desenvolvimento, será apresentado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, seguido pela observação do Índice de Gini, que mede a desigualdade social.

Os indicadores citados levam à necessidade de avaliar o mercado de trabalho no período delimitado, com ênfase no comportamento do desemprego, da qualidade do emprego e informalidade no período.

Por fim será realizado um estudo intra-regiões do Estado do Rio de Janeiro, destacando a participação da Região Metropolitana e do interior do Estado na economia.

1. Capítulo 1: Análise do Crescimento e Desenvolvimento Econômico

O primeiro capítulo desta monografia tem como objetivo justificar a base deste trabalho, o que significa demonstrar de que maneira o mesmo visa acrescentar enquanto estudo científico.

Serão analisados os conceitos de desenvolvimento, crescimento econômico, pobreza e desigualdade social. Além de analisar o papel das políticas econômicas nesse contexto.

Cabe ressaltar que desenvolvimento e crescimento econômico possuem conceitos distintos, apesar de serem confundidos diversas vezes. Desenvolvimento é um processo que envolve mudanças, transformações, não apenas quantitativas, mas qualitativas. Essas diferenças serão analisadas ao longo do capítulo.

Estes serão os alicerces para o desenvolvimento da análise da qualidade do crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990. O período delimita-se pelos dados disponíveis que foram utilizados, principalmente os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano e do IBGE.

Ao analisar o crescimento econômico deve-se atentar para o fato que crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos distintos. Adota-se no presente trabalho a noção que crescimento acompanhado da diminuição da pobreza significa desenvolvimento.

A discussão sobre desenvolvimento iniciou-se na década de 1940, momento em que se pensavam maneiras de reconstruir a periferia européia após a guerra. Para Sachs (2006), o estudo dos primeiros pensadores acerca do desenvolvimento se baseou na cultura que era dominante na época, o pleno emprego, a relevância do Estado de Bem-Estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado na economia.

Para Furtado desenvolvimento é mais que crescimento, uma vez que envolve mudanças estruturais. Furtado (1961) define desenvolvimento como uma realização do homem através da qual ele realiza suas potencialidades. Potencialidades essas que só se tornam plenas nos quadros de uma sociedade aberta. Logo, somente uma sociedade democrática e pluralista é apta para um verdadeiro desenvolvimento, segundo o autor.

Furtado (1961) ressaltava que Schumpeter difere crescimento e desenvolvimento classificando o crescimento como gradual enquanto o desenvolvimento se faz por saltos. Para Schumpeter desenvolvimento também envolve alterações estruturais - inovação.

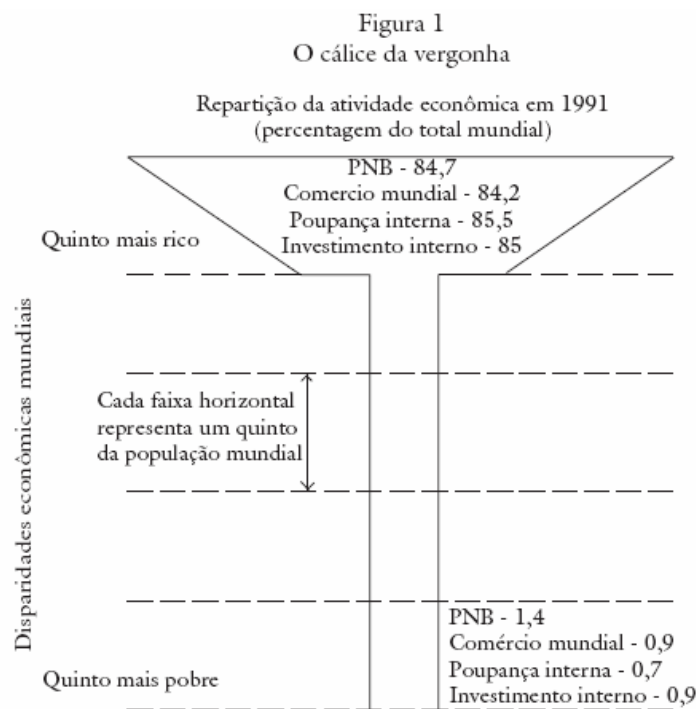
O impacto social dessas inovações seria negativo nas fases iniciais, para o autor, e depois se tornaria positivo. Supõe-se nesse caso que o progresso técnico é neutro em termos de propensão a empregar ou que o ritmo de crescimento mais do que compensa um viés economizador de emprego da tecnologia.

Sachs (1995) diferencia crescimento e desenvolvimento:

(...) crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. Enquanto persistirem enormes disparidades sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, uma condição necessária, embora de modo algum suficiente, do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados. É um erro dizer que os exorbitantes custos sociais e ecológicos de certas formas de crescimento econômico constituem os danos inelutáveis do progresso. (p.32)

Sachs (1995) ilustra sua visão na Figura 1 abaixo, onde demonstra a repartição da atividade em 1991. Na Figura pode-se perceber a desigualdade entre os ricos e pobres uma vez que neste momento o quinto mais rico detinha 84,7% do Produto Nacional Bruto (PNB) enquanto o quinto mais pobre detinha apenas 1,4%, segundo a PNUD (1994).

Figura 1: O cálice da vergonha



Fonte: PNUD - Relatório mundial sobre desenvolvimento humano, 1994:67.

Sachs (2006) define ainda um conceito que surgiu na década de 70 devido aos problemas ambientais, o chamado desenvolvimento sustentado. Esse desenvolvimento, segundo o autor, se solidariza com as gerações presentes e futuras, além de demandar a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental de acordo com a viabilidade econômica. Para o autor, é necessário enfatizar ainda a sustentabilidade social como componente essencial desse desenvolvimento.

O conceito bastante difundido de desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das atuais gerações, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras, como defende a receita para a sustentabilidade (CMMAD, 1989).

A questão da desigualdade de renda nos diferentes estágios do desenvolvimento econômico é central e tem sido objeto de análise há décadas. O trabalho de Simon Kuznets (1955) é pioneiro nessa análise e visa explicar a relação entre a distribuição de renda e crescimento econômico.

A relação descrita pelo autor, chamada de curva de Kuznets, possui o formato de “U invertido”. Essa trajetória pode ser explicada pelo fato de haver uma desigualdade de renda crescente nos estágios iniciais do desenvolvimento e a partir de certo ponto, esta desigualdade se torna decrescente enquanto o produto continua crescendo.

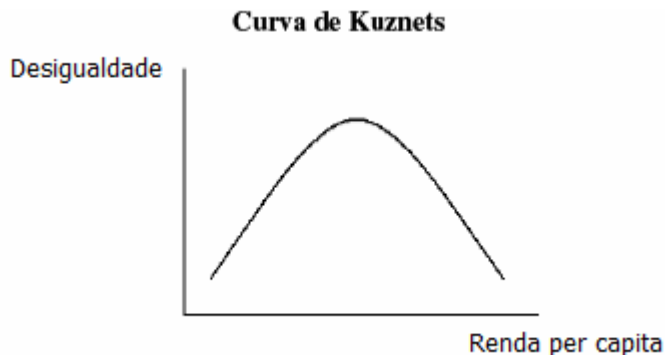
O modelo se fundamenta na transição da população do setor menos produtivo tradicional (agricultura) para o mais produtivo (indústria) e impulsionador do crescimento do produto, o que aumenta a diferença de rendimentos entre setores e dentro do novo setor.

Ocorre a transferência de uma parcela de trabalhadores para o setor capitalista, com produto marginal do trabalho e salários elevados logo aumenta a renda *per capita* em ambos os setores, mas, como a oferta de mão-de-obra é elástica, a taxa de participação da mão-de-obra no PIB cai.

Nessa análise, o progresso técnico beneficia os setores modernos nos estágios iniciais de desenvolvimento e, como as novas tecnologias são mais intensivas em capital, a taxa de lucro aumenta com o tempo juntamente com o aumento da renda.

Após esse estágio a desigualdade diminuiria quando os ganhos de produtividade deste setor se disseminassem. Por isso, a relação entre crescimento e desigualdade teria a forma de um U invertido, como demonstra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Curva de Kuznets



Até a década de 1970 muitos trabalhos em *cross-section* corroboraram a Hipótese de Kuznets, sendo até mesmo considerada lei econômica por Robinson (1976) e fato estilizado por Ahluwalia (1976) (Bruno *et al.*, 1996; Fields, 2001).

Foram criados vários desdobramentos que visavam ratificar a análise preliminar de Kuznets (1955), através da construção de índices de desigualdade setorial, a inclusão do papel da tecnologia como determinante da desigualdade de rendimentos, migração, imperfeição no mercado de capitais, dentre outros (Barreto, Jorge Neto e Tebaldi, 2001; Fields, 2001; Aghion e García-Peñalosa, 1999).

A literatura nacional que se propõe a estudar a curva de Kuznets a partir de dados municipais inclui Salvato *et al.* (2006), que estudam os municípios de Minas Gerais, Jacinto e Tejada (2004), que estudam municípios da região nordeste do Brasil, e Bêrni, Marquetti e Kloeckner (2002) e Bagolin, Gabe e Ribeiro (2004), que estudam municípios do Rio Grande do Sul. Em geral, estes estudos encontram evidências favoráveis à hipótese de U invertido.

Novos estudos começaram a questionar a regularidade da curva de U invertido para os diversos países e a pouca capacidade do modelo em explicar a variação da desigualdade entre países através do tempo, segundo Fortunato (2005).

Deininger e Squire (1998), por exemplo, não encontram evidências de um padrão de U invertido para uma amostra de 48 países, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Sendo assim, os autores concluíram que o rápido crescimento econômico pode ser associado a diversos padrões de desigualdade: crescente, estável ou decrescente.

O resultado geral de Deininger e Squire (1998) corrobora os trabalhos em *cross-section* anteriores, como Ravallion e Chen (1997) e Bruno *et al.* (1996), que também não encontram relação sistemática entre crescimento e desigualdade.

Sendo assim, parece haver um consenso na literatura internacional a partir dos anos 1980 que não se pode associar o crescimento econômico a um padrão determinado de desigualdade. Logo, não se pode afirmar que existe uma relação sistemática entre crescimento, e desigualdade de renda, sendo esta determinada por diversos fatores associados ao crescimento.

1.1. Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Este estudo ao analisar o crescimento econômico do Rio de Janeiro, deve ressaltar sua capacidade de diminuição da pobreza, ou seja, qual foi seu impacto na condição de vida da população.

Para tal, deve-se avaliar não somente a quantidade de crescimento, mas também sua qualidade, ou seja, mostra-se relevante não apenas o quanto a economia cresceu, mas também como se deu o crescimento e qual foi a consequência distributiva do crescimento ocorrido.

A relação entre pobreza e crescimento é interdependente. O comportamento da pobreza é afetado indiretamente pela distribuição de renda, que interfere na capacidade do crescimento em diminuir a pobreza.

Nas teorias de crescimento segundo a visão neoclássica, conforme explica Serrano (2008), a operação do mecanismo de mercado competitivo, baseada no princípio da substituição de fatores de produção, implica em uma tendência a retornos marginais decrescentes para a acumulação de capital. Esta tendência a retornos marginais decrescentes para a acumulação, por sua vez, geraria uma forte tendência a convergência entre diferentes economias regional e internacionalmente em termos de renda per capita.

Já nas teorias heterodoxas do crescimento, difere o autor, onde a acumulação de capital é a base para o crescimento a longo prazo, o livre funcionamento dos mecanismos de mercado leva a uma tendência a polarização internacional e regional também em termos de renda per capita.

Este estudo ao analisar a qualidade do crescimento econômico no Rio de Janeiro, se assemelha a análises que avaliam se o crescimento econômico em diferentes Estados foi pró-pobre.

A utilização desse termo é nova, mas a discussão das questões ligadas as consequências do crescimento econômico na redução da pobreza já ocorre desde as décadas de 1950 e 1960.

O termo pró-pobre apresenta definições diversas, porém todas permeiam a de Son (2004), que diz que caso o crescimento da renda per capita dos pobres seja maior que o da renda per capita média, tem-se um crescimento econômico pró-pobre, ou seja, um tipo de crescimento que está associado à diminuição da desigualdade.

Desde o início do debate há duas vertentes de pensamento. Uma que acredita que no desenvolvimento *trickle-down* e outra que defende que exista um “crescimento empobrecedor”.

A teoria do desenvolvimento *trickle-down* defende que o crescimento econômico beneficia primeiro os ricos, que aumentariam seu consumo e haveria transferência de renda para os pobres. Logo, os pobres se beneficiariam menos uma vez que seriam afetados apenas indiretamente pelo aumento da renda (Kakwani e Pernia, 2000).

Segundo Aghion e Bolton (1997), o crescimento *trickle-down* ajudaria os pobres, uma vez que o aumento da acumulação de riqueza por parte dos ricos acabaria por “transbordar”, acarretando em uma melhoria das condições de vida dos pobres.

Para Fields (2001), que pertence a essa mesma vertente de pensamento, o rápido crescimento sustentado gera efeitos bastante positivos no padrão de vida dos grupos econômicos que têm experimentado esse crescimento. A questão é que não há crescimento suficiente para chegar a beneficiar os pobres na maioria dos países menos desenvolvidos.

A outra vertente de pensamento acredita que o crescimento econômico pode não ser transferido aos mais pobres ou pode ainda, ser empobrecedor. Se o crescimento for seguido de um aumento na desigualdade de renda maior que o próprio crescimento, o mesmo se torna empobrecedor, e a renda dos pobres pode se manter a mesma ou diminuir (Kakwani e Pernia, 2000).

O crescimento poderia se tornar empobrecedor se impulsionasse os setores modernos da economia em detrimento dos setores tradicionais, que empregam a maioria dos pobres (Fields, 2001). Já Bhagwati e Srinivasan (1983) defendem que os ganhos advindos do crescimento podem ser superados pela deterioração dos termos de troca, o que geraria o *immiserizing growth*.

No entanto, na literatura recente a maioria dos autores acredita que o crescimento econômico gera um aumento na renda dos pobres e uma redução nos indicadores de pobreza. O quanto o crescimento econômico influencia a pobreza entretanto depende das características e das políticas da região que se observa.

Cabe ressaltar que para haver crescimento econômico é necessária a elevação da renda per capita. Para isso, deve ocorrer um aumento na produtividade. No entanto, nem todos se beneficiam desse crescimento e nem na mesma proporção. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de avaliar que grupos econômicos se beneficiam mais desse crescimento.

Autores como Bourguignon (2002) e Resende (2006) exploram a mensuração do crescimento pró-pobre através do efeito da desigualdade na capacidade do crescimento de reduzir a pobreza. Segundo eles, quanto mais desigual é uma região, menos o crescimento efetivamente consegue reduzir a pobreza. Essa é a chamada Hipótese de Bourguignon.

Os trabalhos de Bourguignon (2002) apresentam evidências que corroboram esta hipótese. A mais forte delas é o fato do crescimento ter pouco efeito sobre a pobreza em países bastante desiguais, o que faz com que o aumento da renda média precise ser acompanhado pela queda da desigualdade.

Nesse contexto, cabe definir o conceito de elasticidade crescimento-pobreza. Essa medida é uma das mais utilizadas pelos autores para analisar o crescimento pró-pobre, como em Ravallion and Datt (2002). Este se torna um conceito chave da avaliação já que dada uma mesma taxa de crescimento, o impacto na redução da pobreza pode variar significativamente de acordo com a região estudada, como será analisado no próximo capítulo.

Com isso percebe-se que o crescimento econômico de um país pode afetar de formas diferentes a redução da pobreza nos Estados ou regiões, o que faz com que alguns tenham uma inclusão maior dos pobres na atividade econômica do que outros.

Definindo de uma maneira mais empírica, a elasticidade crescimento-pobreza mede a variação percentual da proporção de pobres devido a uma variação percentual na taxa de crescimento da renda per-capita. A mesma análise pode ser realizada para a linha de indigência.

De acordo com a hipótese de Bourguignon a elasticidade crescimento-pobreza não é constante, e nem independe do nível de desigualdade existente na região que se observa. A relevância da influência da desigualdade de renda dá margem a uma nova definição de crescimento pró-pobre, analisada na próxima seção.

1.1.1. Crescimento pró-pobre

O termo “crescimento pró-pobre” possui inúmeras definições advindas de diferentes interpretações e não há uma definição que pode ser considerada “ideal”.

Segundo Bourguignon (2002) este ocorreria caso a renda dos pobres crescesse proporcionalmente mais que a renda dos não-pobres, o que implicaria em uma redução na desigualdade de renda relativa.

Utilizando uma visão mais simples e, portanto mais geral, pode-se definir crescimento pró-pobre como um crescimento que reduz a pobreza, de maneira independente da desigualdade. A partir dessa visão, somente se a renda dos chamados “pobres” estagnar ou reduzir é que o crescimento não será considerado pró-pobre. Segundo essa definição, é difícil não ser verificado de forma empírica esse tipo de crescimento (Barreto, 2005).

Ravaillon e Chen (2003) propõe uma definição mais ampla de crescimento pró-pobre, onde a taxa de crescimento pró-pobre seria a taxa de crescimento média da renda dos pobres, que não é similar á taxa de crescimento da renda média dos pobres. Essa última é também utilizada ao se medir o crescimento pró-pobre.

Kraay (2004) discute, segundo a definição mais ampla, a pobreza absoluta identificando importantes fontes de crescimento pró-pobre, como a taxa de crescimento da renda média e a sensibilidade da pobreza ao crescimento da renda média.

O autor analisa que o crescimento da renda média parece ser a principal fonte de crescimento pró-pobre. A renda média, por sua vez, é ligada aos determinantes do crescimento do produto, como o grau de abertura ao exterior e a qualidade das instituições.

1.2. Pobreza

No contexto desse tema, percebe-se a necessidade de delimitar o conceito de pobreza. Este apresenta distintos significados que serão apresentados nesta seção. São esses, pobreza multidimensional, transitória, crônica, absoluta, relativa e do ponto de vista da renda, sendo a última a definição adotada no presente estudo.

Existe na literatura uma vertente que analisa a pobreza multidimensional, não apenas focada em renda. Esta é representada pelo prêmio Nobel de Economia, Professor Amartya Sen. Tal vertente define a renda semelhante a Aristóteles como "meramente útil e em proveito de alguma outra coisa".

Sen enfatiza a pobreza sob o aspecto das necessidades básicas, incluindo renda, saúde, educação, expectativa de vida. O autor desenvolveu a construção de indicadores sociais que perpassam o indicador de renda, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) construído juntamente com Mahbub ul Haq, que será analisado no próximo capítulo. De acordo com Sen (1990):

A questão central é a qualidade da vida que podemos levar. A necessidade de possuir mercadorias para que se alcance um determinado patamar de condições de vida varia grandemente segundo características fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingentes [...] O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na posse de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável. (p. 25)

Para Sen (1990) o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que se leva e das liberdades que se desfruta, que como visto não está apenas relacionado à renda.

Segundo Rocha (2000), o conceito de pobreza multidimensional engloba privações de capacidades e acesso a bens, serviços e direitos além de privações de renda.

No entanto, o presente estudo, como já colocado anteriormente, irá privilegiar a pobreza do ponto de vista da renda. Este conceito é defendido por uma vertente que acredita que em sociedades modernas, a maioria das necessidades no âmbito do consumo privado é atendida

através do mercado. Neste caso o nível de bem-estar está estreitamente associado ao nível de renda. (Rocha, 1995)

Seguir o conceito de pobreza como insuficiência de renda limita a análise à visão monetária e cerceia as políticas de combate a mesma. A ênfase ao caráter monetário da questão implícita o fato de que dado um nível de renda, indivíduos diferentes conseguem atingir a mesma utilidade.

Nesse enfoque pobreza significa a escassez de recursos agregados e a má distribuição dos recursos existentes. Isso significa dizer que para diminuir a pobreza é necessário haver crescimento econômico e/ou diminuição da desigualdade de renda.

Já o Centro Internacional de Pobreza, instituição de pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), difere pobreza entre pobreza transitória e pobreza crônica.

Para os autores, a pobreza transitória caracteriza-se essencialmente por um problema de renda temporário, quando, por exemplo, há desemprego na família. Nesse caso, a condição de pobreza pode ser revertida em um curto período de tempo.

A pobreza crônica pode ser definida por uma situação de desemprego mais duradoura, que ultrapassa dois anos. Os pesquisadores, no entanto, afirmam que a situação de pobreza crônica no Brasil se dá pela dependência em relação a seu passado.

Os autores observam que no Brasil entre os mais propensos à pobreza crônica estão os não-brancos, menos escolarizados, residentes da região Nordeste e trabalhadores informais. Por sua vez, a pobreza transitória atinge mais mulheres que chefiam domicílios e os lares chefiados por desempregados.

De forma geral, conclui o relatório, tanto a pobreza transitória, como a crônica, estão ligadas ao nível de escolaridade. Outros autores como Torres (2003) também colocam a baixa escolaridade como uma das variáveis que corroboram com o aumento da pobreza.

Torres (2003) destaca que a escolaridade mais baixa significa uma menor capacidade de conseguir um novo emprego ou renda em caso de desemprego, assim como piores ocupações quando empregados.

O autor discute o fato de que famílias chefiadas por mulheres com baixa escolaridade possuem apenas uma fonte de renda familiar e que esta é menor devido a discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho.

Sen (1990) difere dois tipos de pobreza. O autor desenvolve mais que uma noção de pobreza absoluta, que corresponderia ao alcance de uma condição de vida abaixo do mínimo fisicamente adequado, desenvolve também uma noção de pobreza relativa, que seria afetada pelo nível de desigualdade socioeconômica prevalecente em uma sociedade. De acordo com Sen (1990):

O fracassado enfrenta as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades. (pp. 10-11)

A abordagem da pobreza do ponto de vista da renda, que é privilegiada no Brasil, é detalhada partindo de critérios utilizados para definir o valor das linhas de pobreza. Pensar a pobreza em bases concretas é imprescindível para pensar políticas públicas adequadas.

Segundo Rocha (2006):

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. [...]

Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive. (pp.9-10)

Quando se utiliza o conceito de pobreza segundo a renda, define-se pobre como aqueles que possuem renda abaixo do valor da linha de pobreza. Já os indigentes são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas as necessidades nutricionais.

As linhas de pobreza e indigência, que serão utilizadas nas análises empíricas do presente estudo no próximo capítulo, são estabelecidas a partir da noção de um consumo mínimo necessário relativamente à sociedade em questão.

Em países de renda média como o Brasil, ainda é relevante a abordagem de pobreza absoluta. Porém, o conceito de linha de pobreza relativa apresentado se destaca quando visa-se analisar os aspectos de desigualdade de renda e exclusão social. Logo, existe a necessidade de analisar o conceito de desigualdade social, como será feita na próxima seção.

1.3. Desigualdade Social

Entende-se que mais relevante do que o crescimento econômico, é que este ocorra de maneira a diminuir a pobreza, melhorando as condições da sociedade como um todo. Para tal, é essencial que a sociedade seja mais igualitária.

Essa questão é de tal relevância que se encontra descrita na Constituição Federal, Art. 3º, III: *Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.*

A diminuição da pobreza terá um impacto mais efetivo na sociedade se houver também uma melhoria na igualdade social do Estado.

A distribuição de renda é muito relevante na redução da pobreza porém existe um limite natural para a mesma. Deve-se, portanto, a longo prazo se atentar para políticas de crescimento sustentado (Bourguignon, 2002).

O crescimento econômico é mais relevante nas regiões mais pobres uma vez que a redistribuição de renda teria um impacto menor sobre a pobreza. Já uma melhoria na distribuição de renda é mais relevante nas regiões que são mais ricas, porém desiguais. No último caso o crescimento não necessariamente traria a diminuição da pobreza.

A pobreza, como ressaltado anteriormente, está sendo analisada neste estudo exclusivamente na dimensão de insuficiência de renda. Dessa maneira, ela se relaciona a dois determinantes: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes.

A fim de reduzir a pobreza é necessário que haja crescimento da renda per capita ou uma distribuição mais igualitária de renda. Para um processo de combate à pobreza mais rápido e eficaz se faz necessária uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade.

É essencial reduzir a desigualdade por razões morais e motivações relativas à implementação de políticas eficazes para erradicar a pobreza. A história brasileira, no entanto, tem sido focada no crescimento econômico, sem obter bons resultados quanto à redução da pobreza.

A melhoria distributiva da renda é necessária por três razões básicas, segundo Rocha (1995):

Primeiramente, por uma questão óbvia de justiça social. Em segundo lugar, por ser disfuncional: o nível explosivo de desigualdade de renda já atingido gera inevitavelmente situações de conflito insustentáveis, especialmente onde os contrastes de renda, riqueza e poder são mais críticos. Em terceiro lugar, porque as oportunidades “naturais” de crescimento econômico são predominantemente concentradoras. (p. 35)

Para a autora, o poder público deve agir com ações específicas, que visem evitar o agravamento da desigualdade de renda e diminuí-la. Essas ações teriam o objetivo de reduzir a pobreza absoluta no país.

Pelo extremo grau de desigualdade de renda da sociedade brasileira, esta se apresenta como o principal determinante da pobreza.

Segundo Barros e Ricardo (2000):

A análise da desigualdade é realizada, principalmente, a partir da interpretação de quatro medidas tradicionais: (a) o coeficiente de Gini; (b) o índice de Theil; (c) a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e (d) a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres. (pp.9-10)

As duas primeiras medidas citadas pelos autores são indicadores reconhecidos que visam determinar o grau da desigualdade de renda.

Já as duas últimas pretendem, traduzir em termos econômicos uma noção de justiça social a partir de razões entre segmentos extremos da distribuição de renda.

Nesse sentido, quanto maior for a distância entre o valor da renda média dos mais ricos e o valor da renda média dos mais pobres, menos justa deve ser considerada a sociedade.

Os autores entendem que a persistência da pobreza absoluta está associada a extrema desigualdade na distribuição de renda no Brasil.

A importância de incentivar políticas de crescimento visando melhorar a dinâmica social e econômica do país é inegável. No entanto, para erradicar a pobreza é necessário definir uma estratégia que priorize à redução da desigualdade.

1.4. Políticas Sociais

O Estado brasileiro e seus governantes viram, na maioria das vezes, como saída para o crescimento econômico e diminuição da pobreza, a ação através das políticas sociais.

A proteção social nasceu no Brasil no início dos anos 30 vinculada ao trabalho. Desde então, o desenho e a composição das políticas sociais no Brasil se encontram em foco. A maioria dos autores concorda na relevância dessas políticas quando se visa reduzir a pobreza.

A Constituição de 1988 representou um marco na história da política social brasileira uma vez que ampliou legalmente a proteção social além da relação com o emprego formal.

Na década de 1990 a implementação das políticas sociais foi sendo condicionada, pela combinação de fatores macroeconômicos e políticos. Juntamente a isso, outras três características complementares às anteriores também foram se fortalecendo ao longo da década em questão: descentralização, focalização das políticas e ampliação da atuação de organizações não-governamentais, segundo relatório do IPEA (2007).

O relatório enfatiza também que neste período, houve destaque para as políticas sociais no combate direto à pobreza. Esse foi o novo princípio orientador da atuação do Estado ao longo da década de 1990.

Nesse contexto, o debate acerca das políticas sociais brasileiras se divide entre duas correntes. Uma corrente reconhece o aumento da cobertura e do perfil redistributivo das políticas sociais enquanto a outra atribui às políticas sociais e ao gasto público derivados dessas as causas para os diversos problemas da economia brasileira.

Sachs (1995) coloca:

A evolução recente do pensamento econômico dominado pelas teorias neoliberais explica a insuficiência das políticas de emprego e, mais abrangentemente, das políticas públicas de desenvolvimento.(p.38)

A segunda corrente é defendida por autores como Amadeo (2005) que coloca que algumas políticas sociais reforçam a má distribuição de renda como a previdência do setor público, a aposentadoria por tempo de serviço e as universidades públicas.

Para o autor, a aposentadoria dos trabalhadores da área rural e dos idosos carentes, que não contribuíram para a previdência, em muitos casos paga benefícios maiores que a renda do aposentado enquanto trabalhava.

Segundo Amadeo (2005): *quanto mais se expandem os gastos com transferências, menor a acumulação de capital físico e humano, e menor o crescimento da renda.* (p.2)

Este capítulo mostrou que desenvolvimento e crescimento econômico são conceitos diferentes. Entende-se que desenvolvimento é mais que crescimento pois envolve mudanças estruturais (Furtado, 1961). Este é gradual enquanto o desenvolvimento ocorre por saltos. (Shumpeter, 1961).

Destaca-se a desigualdade de renda nos diferentes estágios de desenvolvimento através da Curva de Kuznets (1955), que defende que a desigualdade inicialmente é crescente, porém diminui nos estágios posteriores de desenvolvimento.

No entanto, diversos autores da literatura recente afirmam que não existe um padrão definido de desigualdade associado ao crescimento econômico.

Difere-se, então, desenvolvimento trickle-down de “crescimento empobrecedor”. No primeiro o crescimento da renda beneficiaria indiretamente os pobres, enquanto no segundo o crescimento prejudicaria os pobres se fosse seguido pelo aumento da desigualdade maior que o crescimento da renda.

A maioria dos autores acredita no entanto que o crescimento econômico aumenta a renda dos pobres e melhora os indicadores de pobreza.

Define-se o conceito de elasticidade crescimento-pobreza que será utilizado no próximo capítulo, como a variação percentual de pobres dada variação percentual na taxa de crescimento da renda per capita.

Associada a essa, vale citar o crescimento pró-pobre que ocorre caso a renda dos pobres cresça proporcionalmente mais que a dos não pobres. (Bourguignon, 2002).

Desse modo, deve-se definir pobreza. Dentre os diferentes conceitos citados, cabe ressaltar a pobreza multidimensional associada a qualidade de vida e a pobreza do ponto de vista da renda, utilizada no presente estudo.

Para que haja diminuição da pobreza é essencial que ocorra diminuição da desigualdade social, ou seja, melhoria na distribuição de renda, combinada ao crescimento econômico. Para atingir esse objetivo foram realizadas principalmente políticas sociais na década de 1990.

2. Capítulo 2 - A Qualidade do Crescimento Econômico

O presente estudo ao analisar a qualidade do crescimento no Estado do Rio de Janeiro tem como base o crescimento econômico ocorrido no Estado ao longo da década de 1990, seguindo a tendência nacional.

A fim de corroborar o fato exposto acima, este capítulo apresenta dados estatísticos baseados principalmente nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e no Atlas de Desenvolvimento Humano, dentre outros.

A evolução do crescimento do PIB será apresentada a fim de corroborar a idéia base do presente estudo citada. Posteriormente será realizada uma comparação entre a renda per capita nas regiões do Brasil.

A evolução da pobreza e indigência e suas intensidades no país, nos Estados e principalmente no Rio de Janeiro cabe ser observada para demonstrar o reflexo do crescimento na condição de vida da população na década de 1990.

Para analisar o desenvolvimento será utilizado o IDH (índice de desenvolvimento humano), seguido pelo índice de Gini, que mede a desigualdade nas regiões estudadas.

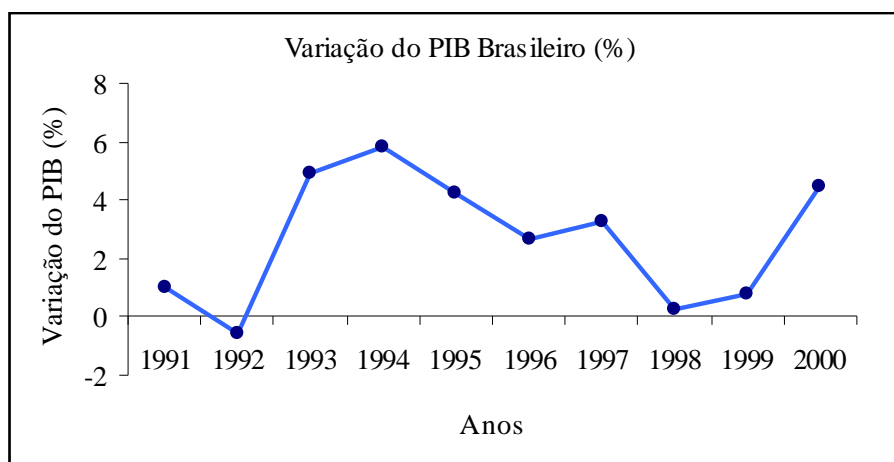
Nesse contexto, cabe apresentar a situação do mercado de trabalho no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro neste período, observando os dados referentes ao desemprego, pessoal ocupado e a qualidade dos empregos enfatizando o aumento da informalidade ocorrida no período.

Ao tratar-se do Estado do Rio de Janeiro observam-se os dados referente à pobreza das oito regiões, além de haver uma diferenciação entre essa trajetória no centro e interior do Estado.

2.1. O crescimento econômico no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990

Será analisado no primeiro momento o crescimento econômico no Brasil na década de 1990, como ilustra o gráfico 2, visando comparar com a trajetória de crescimento no Estado do Rio de Janeiro no mesmo período.

Gráfico 2 – Variação do PIB Brasileiro na década de 1990



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE

Parreiras (2004) sinaliza que no início da década passada, em 1991, o Brasil estava passando por um profundo processo de recessão, em decorrência das políticas adotadas pelo Governo Collor desde o ano anterior.

Analisando a trajetória do crescimento do país através do gráfico 2 percebe-se que houve uma queda de 4,2% no PIB brasileiro no primeiro ano do Governo Collor seguido por um modesto crescimento em 1991 de 1,03% e uma nova queda no ano seguinte, em 1992, de 0,54%.

Após esse período houve, como explica o autor, uma vigorosa recuperação econômica que caracterizou os dois anos do Governo Itamar e o primeiro ano do Governo Fernando Henrique. Fernando Henrique revogou todas as medidas de favorecimento dos capitais nacionais em face dos estrangeiros, privatizou a produção estatal, alterando o relacionamento entre os modos de produção.

Em 1993, como mostra o gráfico, houve um crescimento de 4,92%, seguido por um crescimento ainda maior em 1994, de 5,85% e 4,22% em 1995.

Em 1996 o crescimento do PIB recuou para próximo de 2,5%, sendo seguido por uma ligeira melhoria, crescendo 3,27% em 1997. O impulso tomado pelo nível da atividade

econômica nesses anos foi significativo, porém as elevadas taxas de crescimento do PIB, não se mantiveram nos anos seguintes.

Os tropeços da economia, segundo Parreiras (2004) fizeram com que ocorresse praticamente uma estagnação do nível de atividades por dois anos, em 1998 e 1999 (crescimento de 0,22% e 0,79% respectivamente). Em 1999 houve uma mudança na política econômica, em consequência a uma desvalorização cambial que proporcionou uma retomada do crescimento do PIB em 2000 (4,46%).

Segundo Camargos (2002) a década de 1990 foi marcada por profundas transformações tanto no cenário econômico nacional, como no internacional, resultantes de modificações nas estruturas produtivas de cada país.

Segundo o autor, o Brasil, após um regime político autoritário e fechado, passou no início da década de 1990 por um rápido processo de transição para a abertura econômica e comercial.

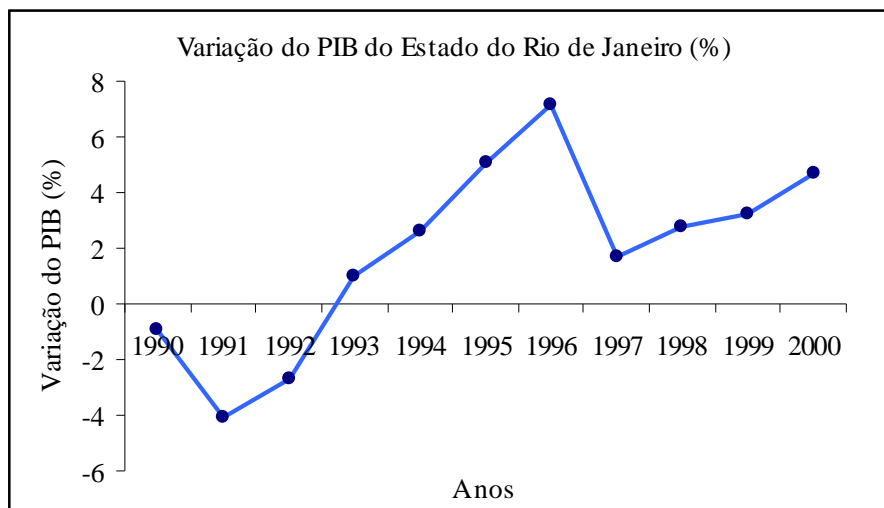
A partir de então a economia brasileira sofreu uma reestruturação, com uma política de Estado que priorizou a processo de privatização de grande parte das empresas estatais, e integrou-se com a economia internacional.

Alguns dados positivos devem ser ressaltados sobre a década de 1990, segundo Camargos (2002) como o controle inflacionário, a relativa estabilidade econômica, a abertura e integração da economia brasileira com o mercado externo.

Esse fato pode ser verificado através dos dados da década de 1990, quando o Brasil retomou a trajetória de crescimento porém através de variações baixas e irregulares do PIB, com uma média de 2,5% ao ano, após um período considerado por diversos autores como “a década perdida”, a década de 1980.

Nesse período, a economia brasileira atravessou uma das mais graves crises de sua história, que resultou, segundo Ometto (1995), na estagnação do Produto Interno Bruto e em taxas de inflação sem precedentes.

Comparando com o crescimento do país, apresentam-se os dados do crescimento do PIB no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990, como ilustra o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: Variação anual do PIB do Estado do Rio de Janeiro 1990 – 2000

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE

O gráfico demonstra que a variação do PIB no Estado foi negativa nos três primeiros anos da década, seguida por uma inflexão ocorrida no ano de 1993, que iniciou uma trajetória de crescimento do PIB até 1997, quando o indicador apresentou uma queda, retomando o crescimento nos anos seguintes até o final do período observado.

Oliveira (2003) ressalta que essa inflexão demonstra uma mudança na trajetória de queda dos indicadores econômicos do Estado e, mais que isso, ilustra as mudanças políticas e sociais. Essas mudanças mostram que o crescimento redirecionou os investimentos para o interior do Estado e diminuiu a concentração industrial no núcleo.

O autor defende que a inflexão ocorrida foi uma confluência de fatores estruturais e conjunturais que possibilitaram o crescimento dos indicadores no Estado do Rio de Janeiro. Aliado a isso houve impactos causados pela conversão da moeda e a contenção da inflação que contribuíram para a estabilização e retomada do crescimento econômico tanto no país como no Estado.

No entanto, como falado anteriormente, a participação das atividades extrativistas foi fundamental para esse crescimento. Inicialmente devido a produção do gás e do petróleo em si, mas no final do período em análise do reflexo dessa atividade na ampliação produtiva dos setores ligados a ela direta ou indiretamente. Esse crescimento pode ser explicado em parte por incentivos fiscais que deixavam claras a intenção política da época em promover a recuperação econômica a partir de incentivos.

Essas medidas de incentivo explicam a consolidação do setor automobilístico e a melhoria do desempenho do setor metal-mecânico no Médio Paraíba fluminense, por exemplo, o que melhorou significativamente os indicadores econômicos do Estado.

O que impulsionou o crescimento industrial do Estado nessa época foi o aumento da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos. Esse fato gerou mudanças na economia e no território do Estado do Rio de Janeiro como um todo, uma vez que envolve uma complexa rede de logística e de empresas que desenvolvem atividades de suporte as atividades extrativistas.

Para Oliveira (2003), a contenção da queda dos índices de crescimento econômico no Estado e a mudança dessa tendência ocorreram pela união de três fatores, como coloca o autor:

(...) mudança na gestão política, na estrutura produtiva e na capacidade de absorção de novas tecnologias e segmentos industriais, que se deve principalmente à infra-estrutura técnico-científica e de pesquisa disponível no Estado. (p. 36)

Cabe ressaltar que a trajetória da variação do PIB observada no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990 apresentou uma média de 3,4% ao ano no período (superior a variação média anual observada na década de 1980, 0,16%, segundo Barros (2004)) superior a variação média anual ocorrida no Brasil, 2,5%.

2.2. Análise da Evolução da Renda Per Capita na década de 1990

Após analisar o crescimento do PIB, é importante perceber como este se traduziu em aumento da renda per capita, que será apresentada nesta seção.

Os valores observados na Tabela 2 permitem verificar a diferença entre a taxa de crescimento da renda per capita do Estado do Rio de Janeiro comparado com as outras regiões do país.

Tabela 2: Taxa de crescimento da renda “per capita” (R\$) de 1991 a 2000

Renda per capita (R\$)*			
	1991	2000	Var %
Brasil	230	297	29
Distrito Federal	472	605	28
São Paulo	383	443	16
Rio de Janeiro	312	414	33
Santa Catarina	232	349	50
Alagoas	109	140	28
Piauí	87	129	48
Maranhão	80	110	37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - IPEA/PNUD

* em reais de agosto de 2000.

Analisando a tabela 2, baseada nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD, observa-se que o Brasil terminou a década de 1990 com uma renda per capita de R\$ 297,23, o que representou um crescimento de 29% entre 1991 e 2000. Santa Catarina foi o Estado que mais cresceu, apresentando uma variação de 50,1% entre 1991 e 2000.

Pero (2004) observa através dos mesmos dados que os únicos Estados que apresentaram uma redução da renda per capita foram Amazonas e Roraima no período observado (3,4% e 7,8%, respectivamente).

Através do ranking dos Estados, a autora destaca que as disparidades de renda entre os extremos permaneceram praticamente inalteradas durante a década de 1990.

Os quatro Estados que tinham em 1991 as maiores rendas (Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, nesta ordem) são os mesmos em 2000.

A estabilidade que se apresenta também entre os seis piores Estados (Maranhão, Piauí, Alagoas, Paraíba, Ceará e Bahia). O Distrito Federal tem uma renda per capita 5,5 vezes maior do

que o Estado do Maranhão (último no ranking em 1991 e 2000) e o Rio quase quatro vezes maior.

Segundo a autora, o Estado do Rio de Janeiro, em 2000, permanece com a terceira maior renda média per capita (R\$ 413,9), logo atrás de São Paulo (R\$ 442,7) e do Distrito Federal (R\$ 605,4). Entre os três Estados, deve-se ressaltar que o Rio de Janeiro apresentou o maior aumento da renda no período (33,7%), acima da média dos Estados brasileiros e o dobro do apresentado por São Paulo (15,6%).

2.3. Pobreza e Indigência na década de 1990

Nesse cenário, cabe avaliar em que medida esse crescimento da renda per capita contribuiu para diminuir a pobreza e a indigência¹, melhorando a condição de vida da população no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro, na década de 1990.

Analisando a Tabela 3 abaixo, observa-se que o Brasil reduziu, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD, o percentual de pobres de 40% para 33% e o de indigentes de 20% para 16% entre 1991 e 2000.

As exceções foram os Estados do Amazonas, Amapá, Brasília e São Paulo. Sobre São Paulo deve ser destacado, segundo Pero (2004), que apesar de ainda ser o Estado com o menor percentual de pobres (14%) e o segundo menor percentual de indigentes (5,9%), apresentou um elevado crescimento de ambos os índices durante a década.

A população considerada indigente em São Paulo cresceu 52% ao longo da última década, enquanto no Brasil o índice diminuiu 19%. Os considerados pobres aumentaram 12% em São Paulo, enquanto no Brasil diminuíram 18%, sendo o único Estado em que o índice piorou durante o período observado.

Tabela 3: Pobreza e Indigência no período de 1991 a 2000

Pobreza e Indigência										
	Percentual de Pobres (pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,00)					Percentual de indigentes (pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 37,75)				
	1991	2000	Var %	Ranking 1991	Ranking 2000	1991	2000	Var %	Ranking 1991	Ranking 2000
Brasil	40	33	-18	-	-	20	16	-19	-	-
Rio de Janeiro	25	19	-25	25	24	9,2	7,9	-14	25	23
São Paulo	13	14	12	27	27	3,9	5,9	52	27	26
Distrito Federal	17	16	-4	26	26	5,1	6,1	20	26	25
Santa Catarina	27	16	-40	24	25	10,3	5,9	-43	24	27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - IPEA/PNUD

Obs: o ranking é sempre decrescente, ou seja, o nº 1 representa o estado com o maior percentual de pobres ou indigentes.

¹ A linha de pobreza indicada é estabelecida a partir de uma cesta de referência que inclui alimentos e serviços essenciais, como saúde, educação e transportes. São considerados indigentes aquelas pessoas que não conseguem nem mesmo suprir necessidades alimentares mínimas.

Santa Catarina obteve o melhor desempenho na última década, reduzindo em cerca de 40% o percentual de pobres.

No Estado do Rio de Janeiro, a proporção de pobres reduziu-se de 25,5% em 1991 para 19,2% em 2000. Apesar de ter sido relevante, essa redução não foi suficiente para que o Estado continuasse como o terceiro menor percentual de pobres, perdendo a posição para Santa Catarina, ainda segundo a autora.

Com relação à população indigente, o desempenho do Rio de Janeiro foi mais fraco. Entre 1991 e 2000, observou-se uma queda de 13,6% do percentual de indigentes no Estado, fazendo com que esse indicador passasse de 9,2% em 1991 para 7,9% em 2000. Este foi o pior desempenho dentre os Estados do sul e sudeste, depois de São Paulo.

A diminuição da proporção de indigentes ocorrida no Estado do Rio de Janeiro (14%) foi menor que a brasileira (19%), apesar do crescimento da renda per capita ter sido maior no Estado que no país.

Para analisar quanto o crescimento da renda per capita é eficaz na diminuição da pobreza/indigência, propõe-se analisar a elasticidade crescimento-pobreza e crescimento-indigência (dividindo a variação da pobreza/indigência pela variação da renda).

Comparando o desempenho do indicador no Estado do Rio de Janeiro e no país, percebe-se que o crescimento da renda foi mais eficaz na diminuição da pobreza no Rio de Janeiro (0,75) do que no Brasil (0,62). No entanto, com relação a indigência o resultado demonstra que o crescimento da renda no Estado foi significativamente menos eficaz na diminuição da indigência (0,42) do que o país (0,65).

Isso demonstra que, apesar do crescimento econômico ocorrido no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990, o desempenho do Estado foi pouco expressivo quanto à diminuição da pobreza e particularmente quanto à diminuição da indigência, o que demonstra a baixa qualidade do crescimento econômico verificado.

2.3.1. Intensidade da Pobreza e da Indigência na década de 1990

A diferença no desempenho dos Estados observada na seção anterior pode ser ocasionada pelo diferencial de intensidade da pobreza e indigência entre as regiões. Esse conceito é definido por Pero (2004) como a distância que separa a renda média per capita dos brasileiros pobres do valor da linha de pobreza e do valor da linha de indigência.

Ainda analisando os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD, observa-se que essa intensidade aumentou no período entre 1991 e 2000. Isto demonstra que apesar da redução do número de pobres e indigentes, os que permaneceram nessa condição estão numa situação ainda pior.

Os resultados com relação à intensidade da indigência foram mais negativos do que os resultados apresentados para a pobreza. Em 1991, os indigentes no Brasil tinham uma renda média per capita 42% inferior a linha de indigência, conforme demonstra a Tabela 4.

Já em 2000 esse percentual sobe para 53,8%, o que indica um aumento de 28%. Esse crescimento foi registrado em praticamente todos os Estados, com exceção de Roraima, onde houve uma queda de 6,2%.

Tabela 4: Intensidade de Indigência no período de 1991 a 2000

Intensidade Indigência					
	1991	2000	Var %	Ranking 1991	Ranking 2000
Brasil	42	54	28	-	-
Rio de Janeiro	40	59	48	17	4
São Paulo	51	67	31	2	1
Distrito Federal	37	55	48	25	9
Santa Catarina	39	51	30	18	21

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - IPEA/PNUD

Obs: o ranking é sempre decrescente, ou seja, o nº 1 representa o estado com a maior intensidade da indigência.

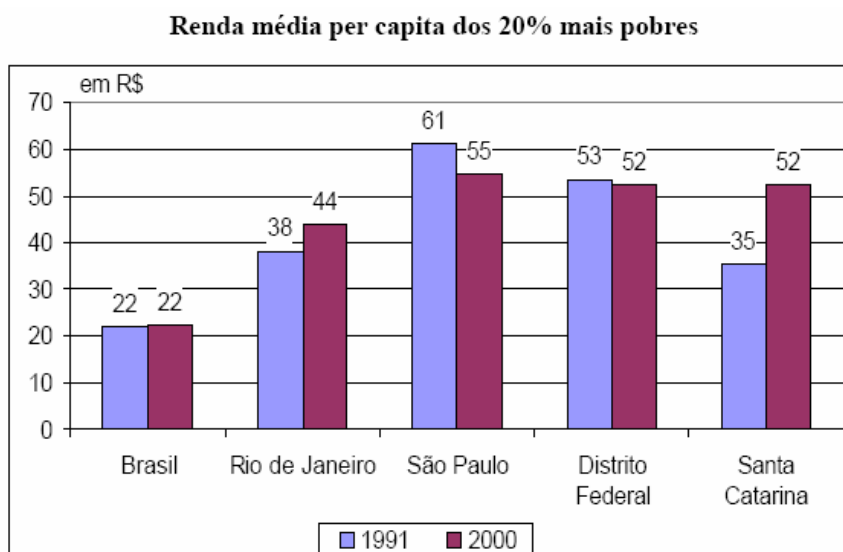
Ao analisar o Estado do Rio de Janeiro, ressalta Pero (2004), observa-se que o Estado teve um péssimo desempenho nesse indicador. Com o segundo maior crescimento, 48,2%, atrás apenas do Mato Grosso do Sul, 56%, o Rio de Janeiro passa a ser o quarto Estado com a maior

intensidade da indigência, o que demonstra que o crescimento econômico observado no Estado foi de baixa qualidade.

Esses resultados decorrem, segundo a autora, do baixo crescimento da renda média per capita do grupo formado pelos 20% mais pobres da população.

Nesse grupo a renda cresceu apenas 14,9% no Rio de Janeiro, conforma demonstra o Gráfico 4, enquanto em todos os grupos esse crescimento atinge 33%. Nos Estados do Norte e Nordeste, essa questão é ainda mais grave, com redução em massa da renda média dos mais pobres.

Gráfico 4 – Renda Média per capita dos 20% mais pobres em 1991 e 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD 2000.

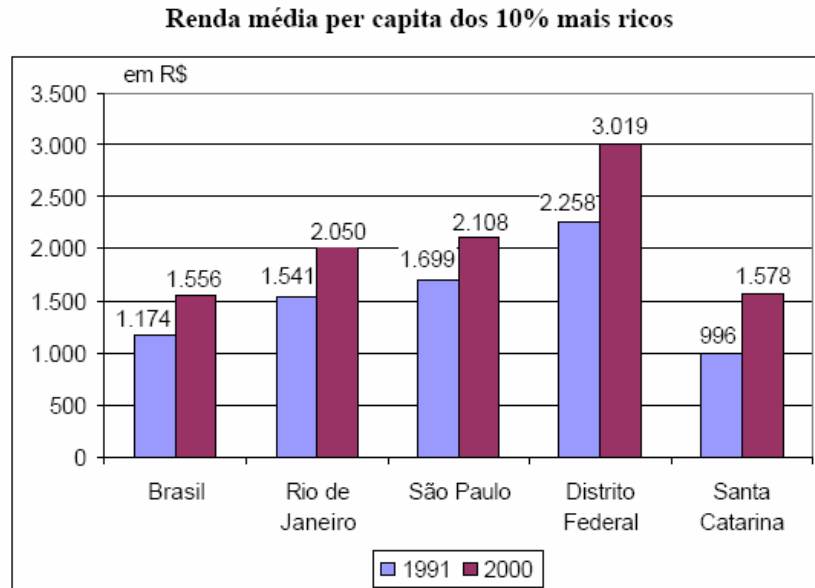
Ainda segundo Pero (2004), a fatia mínima da renda total do país que era apropriada pelos 20% mais pobres reduziu-se ainda mais ao longo da última década. No Brasil passou de 1,9% em 1991 para 1,5% em 2000, enquanto no Rio de Janeiro diminuiu de 2,4% em 1991 para 2,1% em 2000, seguindo a tendência nacional.

Os 10% mais ricos da população se apropriaram de 52,4% da renda total do país em 2000. Este percentual cresceu 2,7% de 1991 para 2000.

A participação dos mais ricos ficou praticamente estagnada no patamar de 50% no Rio de Janeiro ao longo da década de 1990. Apesar disso, o gráfico 5 mostra que a situação dos mais ricos melhorou no período. A renda média per capita dos 10% mais ricos aumentou cerca de 33% no Estado, mesma proporção observada no país.

Em São Paulo, o crescimento foi menor que a média nacional, 19%, enquanto em Santa Catarina chegou a quase 60% de aumento.

Gráfico 5 – Renda Média per capita dos 10% mais ricos em 1991 e 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD 2000.

Os dados apresentados mostram que a década de 1990 caracterizou-se por um aumento da concentração de renda, ou seja, um aumento da desigualdade social, o que corrobora a idéia de que houve um crescimento econômico com baixa qualidade no período.

2.4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Conforme colocado no capítulo 1, desenvolvimento e crescimento são conceitos distintos, cabendo assim avaliar, além do comportamento da taxa de crescimento, a trajetória do desenvolvimento ao longo da década de 1990, medido no presente estudo pelo chamado IDH, que busca analisar a qualidade do crescimento.

O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir uma melhoria na condição de vida da população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana, segundo o PNUD.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano é composto por três IDHs Temáticos, são eles: o IDH-Educação – que leva em consideração os indicadores relativos a: taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência a escola –; o IDH-Renda – cujo indicador é a renda per capita – e, finalmente, o IDH-Longevidade – baseado na esperança de vida ao nascer.

Deve-se ressaltar, segundo Barros (2003) que este índice possui algumas limitações tais como um número reduzido de dimensões e indicadores que compõem tanto o IDH sintético quanto os IDHs temáticos; a forma de agregação tanto dos indicadores quanto dos índices temáticos ocorre de forma arbitrária e linear e o IDH é construído tomando como unidade de análise o espaço geográfico e não a família.

Apesar dessas limitações, o IDH possui vantagens: em particular, segundo Neto (2004) um enorme potencial de comparação. Esta capacidade comparativa existe devido a facilidade e universalização dos quatro indicadores que compõem o IDH. Por este motivo este índice é um importante referencial para mensurar o progresso do desenvolvimento humano com forte ênfase nas dimensões sociais como as dimensões saúde e educação.

2.4.1. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil na década de 1990

O Brasil em termos de IDH apresentou na década de 1990 um avanço. O índice cresceu a uma taxa de 9,13%, passando de 0,712 em 1990 para 0,777 em 2001, fazendo com que o país passasse da 69^o para a 65^o posição, segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2003 desenvolvido pelo PNUD.

Decompondo o IDH sintético em seus IDHs temáticos, percebe-se que o maior dinamismo foi encontrado no IDH-Educação, onde a taxa de crescimento verificada foi de 14%, passando de 0,745 em 1991 para 0,849 em 2000, seguido pelo IDH-Longevidade com taxa de crescimento de 9,8%, passando de 0,662 em 1991 para 0,727 em 2000 e, por fim, cabe ressaltar que o IDH-Renda foi o que apresentou menor crescimento, 6,2%, passando de 0,681 em 1991 para 0,723 em 2000.

O desempenho do Brasil segundo o IDH e os indicadores que o compõem, devem-se principalmente aos progressos realizados na educação e na saúde, em consequência das políticas públicas.

Corroborando essa análise, vale observar que a taxa de alfabetização subiu de 79,9% em 1991 para 86,4% em 2000, e a taxa de frequência bruta à escola aumentou de 63,6% para 82% no mesmo período. Na área da saúde, a esperança de vida ao nascer no país aumentou de 64,7 anos em 1991 para 68,6 anos em 2000. (Neto, 2004).

Os avanços do IDH do país refletem entretanto grandes heterogeneidades no que diz respeito ao desempenho dos Estados e regiões brasileiras, segundo o autor. Um país de dimensões continentais como o Brasil possui grandes diferenças que influenciam a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano.

Especificidades regionais, demográficas, geográficas e principalmente de crescimento e evolução econômica dos diversos Estados e municípios brasileiros fazem com que, naturalmente, o Brasil não apresente um comportamento homogêneo em relação ao desenvolvimento humano. O que leva a necessidade de analisar o IDH separadamente por Estado e no caso do presente estudo, no Estado do Rio de Janeiro, conforme a seção seguinte busca fazer.

2.4.2. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990

Ao longo da década de 1990 o Estado do Rio de Janeiro, assim como as demais Unidades da Federação, apresentou melhorias em seu IDH.

No Rio de Janeiro, o IDH apresentou uma taxa de crescimento de 7,2% (menor que a do Brasil, 9,13%), passando de 0,753 em 1991 para 0,807 em 2000.

O IDH-Educação apresentou uma taxa de crescimento de 7,8% (bem menor que a do país, 14%), passando de 0,837 em 1991 para 0,902 em 2000. O IDH-Longevidade apresentou uma taxa de 7,3% (também menor que a do Brasil, 9,8%), passando de 0,690 para 0,740 no mesmo período. O IDH-Renda cresceu a uma taxa de 6,6%, passando de 0,731 para 0,779 ao longo da década, sendo o indicador que apresentou o menor crescimento no período tanto para o país quanto para o Estado do Rio de Janeiro.

Em relação ao IDH sintético, o Rio de Janeiro piorou de colocação no ranking nacional, passando da terceira para a quinta colocação, sendo ultrapassado por Santa Catarina, cujo IDH era de 0,8222 em 2000 e Rio Grande do Sul, com IDH de 0,814 em 2000.

É importante ressaltar que no que diz respeito ao IDH, que o Estado do Rio de Janeiro obteve a terceira pior taxa de crescimento (7,2%) quando comparado aos outros Estados do Brasil, ficando na frente somente de Distrito Federal (5,6%) e São Paulo (5,4%).

Esses dados demonstram, mais uma vez, que apesar do crescimento econômico ocorrido no Estado na década de 1990, não houve desenvolvimento na mesma proporção. Veremos posteriormente que esse crescimento foi também diferenciado dentro do Estado.

2.5. Índice de Gini

O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição da renda domiciliar per capita. O valor do índice de Gini varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Ao longo da década de 1990, segundo Pero (2004), o Brasil não conseguiu reduzir a desigualdade, fazendo com que esse indicador tivesse uma variação positiva de 3,2%, passando de 0,63 em 1991 para 0,65 em 2000. Todos os Estados, com exceção de Roraima, tornaram-se mais desiguais no período observado, sendo Alagoas e Maranhão os que apresentaram as maiores variações (em torno de 10%).

O Índice de Gini do Estado do Rio de Janeiro ficou praticamente constante em 0,61, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD 2000. O que significa que apesar de ter havido crescimento econômico, este não se traduziu na diminuição no grau de desigualdade social do Estado, ou seja, o crescimento do Estado do Rio de Janeiro, sob esse aspecto, não foi um crescimento com qualidade.

2.6. Mercado de Trabalho

A forma de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho é um dos determinantes de sua renda, logo é importante observar os dados referentes ao desemprego e a qualidade do emprego (trabalhadores com carteira assinada, autônomos e informais).

O desemprego pode ser definido, segundo Schlindwein (1994), como:

(...) uma situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação. Dentre as principais causas do desemprego citam-se o progresso tecnológico e o processo de globalização da economia. (p. 1)

Para Mankiw (1995), o desemprego é visto como um problema macroeconômico que afeta os indivíduos de forma dura e direta.

O desemprego ocorre, em grande parte, devido a um baixo nível de crescimento econômico. Segundo Soliani (1998), a década de 1990 foi a pior da história brasileira para o emprego.

Segundo Durão (2003) esse período caracterizou-se pelo aumento das desigualdades sociais no país e o crescimento econômico deixou de estar associado à geração de novos postos de trabalho, e o desemprego atingiu níveis sem precedentes.

Nesse contexto, não vigorou mais o padrão de regulação social baseada no trabalho, o que imprimiu às políticas sociais um outro papel: promover a inserção social através do Estado provedor de direitos de cidadania desvinculados do mercado de trabalho.

A evolução da economia no país nesse período demonstra que houve flexibilização das relações de trabalho que geraram a diminuição dos postos de trabalho.

Nesse contexto, cabe definir que a taxa de desemprego é uma porcentagem da População Economicamente Ativa que pode ser calculada com base em diferentes metodologias. No Brasil, o IBGE, além da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio- Econômicos (Dieese) medem a taxa de desemprego.

O IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, no qual são consideradas desempregadas somente as pessoas que no período de referência estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuraram trabalho.

O Brasil possui 7,6 milhões de desempregados, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1999 (PNAD- 1999). O país fica em terceiro lugar em número de

desempregados no mundo. Com números superiores a esse estão apenas a Índia, com quase 40 milhões, e a Rússia, com 9,1 milhões.

Segundo Pastore (1998):

(...) a solução do problema do desemprego e do subemprego constitui um dos maiores desafios da humanidade. Trata-se de um problema de causas múltiplas e inter-relacionadas. De nada adianta atacar uma sem atacar as outras". (p. 4)

SEN (2000) complementa:

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos. (p.117)

2.6.1. Desemprego no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990

Analizando a década de 1990 percebe-se que o fator que mais contribuiu para o aumento do desemprego (Parreiras, 2004) foi o baixo ritmo de crescimento econômico do país. No período 1991-1999, a taxa média anual de incremento do PIB foi de apenas 2,5%, conforme analisado anteriormente. Com isso, menos oportunidades de emprego são criadas.

Ramos (2002) destaca a importância do Plano Real implementado em 1994 que teve como uma de suas linhas mestras a chamada “âncora cambial”, que acabou gerando uma supervalorização da moeda, o que implicou ajustes ainda mais profundos em termos de aumento de produtividade e, por conseguinte, afetou intensamente o desempenho do mercado de trabalho.

A produtividade é um fator relevante ao analisar o comportamento dos indicadores de desemprego na década de 1990. Os Estados mais industrializados foram os mais afetados pela reestruturação produtiva da década.

A Tabela 5 abaixo mostra na primeira coluna o percentual de variação do PIB, o Produto Interno Bruto do país, de 1991 a 2000, na segunda, para esses mesmos anos, a taxa média de desemprego aberto das seis maiores regiões metropolitanas do país (tomada como a taxa de desemprego aberto do Brasil) e, na terceira, a taxa de desemprego da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de acordo com a PME (Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE).

Cabe ressaltar que o presente trabalho irá analisar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como Parreiras (2004) devido à inexistência dos dados apresentados para o Estado do Rio de Janeiro.

Os primeiros anos da década de 1990 são caracterizados por uma baixa variação do PIB e o impacto sobre o mercado de trabalho das políticas adotadas nessa época foi o de elevar a taxa de desemprego, em um processo que persistiu até o início da recuperação econômica em meados da década.

O impulso tomado pelo nível da atividade econômica nesse período fez com que as taxas de desemprego, tanto no Brasil como na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, recuassem para patamares inferiores aos observados em 1991. Mas as elevadas taxas de crescimento do PIB, essenciais para a dinamização do mercado de trabalho, não se mantiveram nos anos seguintes.

A debilidade demonstrada pela economia não podia deixar de se refletir nas taxas de desemprego. Tendo aumentado inicialmente de uma forma discreta, em 1996 e 1997, apresentou um aumento significativo em 1998 e manteve-se nesse nível elevado em 1999.

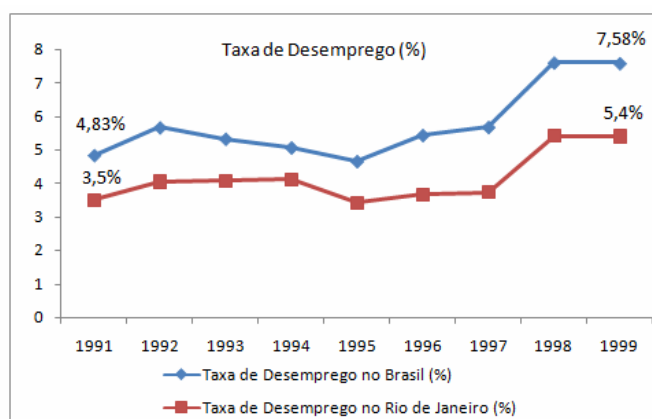
Tabela 5 – PIB Brasileiro e Taxa de Desemprego no Brasil e na RMRJ na década de 1990

Anos	Brasil Variação do PIB (%)	Brasil Taxa de Desemprego (%)	Rio de Janeiro Taxa de Desemprego (%)
1991	1,03	4,83	3,59
1992	-0,54	5,66	4,04
1993	4,92	5,32	4,07
1994	5,85	5,06	4,11
1995	4,22	4,65	3,42
1996	2,66	5,43	3,65
1997	3,27	5,67	3,73
1998	0,22	7,60	5,41
1999	0,79	7,58	5,40

Fonte: IBGE

As taxas de desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro acompanharam, embora em patamares inferiores, os movimentos verificados na média do Brasil, conforme demonstra o gráfico 6. A taxa de crescimento do desemprego no período foi de 67% no Brasil e 68% no Rio de Janeiro, o que pode ser explicado pela importância da informalidade no Estado. Isso demonstra a baixa qualidade do crescimento econômico verificado no período.

Gráfico 6 – Trajetória da Taxa de Desemprego no Brasil e na RMRJ na década de 1990



Fonte: PME/IBGE

2.6.2. Pessoal Ocupado no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990

Apesar da taxa de desemprego ser um indicador que acompanha os movimentos da economia, e capaz de sinalizar de maneira razoável, segundo Parreiras (2004), como o mercado de trabalho reage às variações da produção, a taxa de desemprego aberto é limitada ao retratar a realidade uma vez que não considera desempregadas as pessoas que não estão procurando emprego.

Isso provoca duas conseqüências na taxa de desemprego: quando a economia cresce pouco e deixa de gerar oportunidades de trabalho, as pessoas desanimam de procurar emprego e não são consideradas desempregadas pela pesquisa, o que faz com que a taxa de desemprego cresça menos do que seria de se esperar.

Quando a economia cresce mais e o mercado de trabalho se torna receptivo, proporcionando mais oportunidades de colocação, muitas pessoas que estavam afastadas voltam a procurar emprego e esse aumento da participação das pessoas impede que a taxa de desemprego caia muito.

Sendo assim, para ter uma idéia mais exata da capacidade da economia em atender as necessidades produtivas da população, cabe analisar os dados referentes ao nível de ocupação, presentes na tabela abaixo.

Tabela 6 – Número médio anual de pessoas ocupadas no Brasil Metropolitano e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 1991 a 2000

Anos	Brasil Metropolitano		Região Metropolitana do Rio de Janeiro	
	Quantidade	Variação	Quantidade	Variação
1991	15.081.231	-	4.057.111	-
1992	15.010.777	-70.454	4.014.250	-42.860
1993	15.202.711	191.935	4.056.071	41.821
1994	15.600.408	397.696	4.061.324	5.253
1995	15.975.034	374.627	4.136.996	75.672
1996	16.335.430	360.396	4.183.443	46.447
1997	16.383.012	47.581	4.164.392	-19.051
1998	16.341.129	-41.883	4.159.970	-4.422
1999	16.386.602	45.473	4.134.750	-25.220

Fonte: PME/IBGE

Esses dados, conforme demonstra a tabela acima, mostram exatamente as oscilações que a conjuntura econômica provoca na quantidade de oportunidades de trabalho remunerado que estão sendo geradas e aproveitadas, ainda segundo Parreiras (2004).

Melhor que ilustrado na Tabela 6, segundo o autor, pode-se observar que um desempenho desfavorável da economia gera um crescimento de oportunidades de trabalho que não é suficiente para atender as necessidades de colocação produtiva e remunerada dos novos contingentes de pessoas que chegam ao mercado.

A Tabela demonstra que nos anos em que o PIB do país caiu (1992), ou cresceu pouco (entre 1996 e 1999), a geração de empregos é muito inferior ao mínimo necessário para se evitar uma deterioração das condições do mercado de trabalho.

Se forem somadas, propõe o autor, as variações ocorridas na ocupação de 1996 a 1999, percebe-se que a quantidade de ocupações geradas foi de cerca de 410.000 no Brasil, enquanto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro houve uma diminuição de 2.000 ocupações.

Enquanto isso se observa que nos anos em que a economia apresentou taxas de crescimento maiores (1993, 1994 e 1995) a quantidade de novas oportunidades de emprego foi de cerca 960.000, no Brasil e de 120.000 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Sendo assim, fica claro nessa análise que sem crescimento econômico as possibilidades de geração de novos empregos tendem a se tornar nulas, corroborando esse fato ressalta-se que no final da década ocorreram três anos de estagnação no número de empregos gerados.

2.6.3. Qualidade do Emprego no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990

Parreiras (2004) considera que os empregos com vínculos de trabalho formais, na administração pública e no setor privado com carteira assinada, são em média de melhor qualidade que as ocupações por conta própria e empregos informais.

Há uma indicação de que ao longo da década passada a qualidade das ocupações piorou, já que como a proporção de funcionários públicos no total da força de trabalho apresenta uma certa estabilidade, houve uma diminuição da importância relativa do número de empregados com carteira assinada.

A fim de corroborar essa idéia, são apresentados na Tabela 7 abaixo os dados das médias anuais da proporção dos empregos com carteira no conjunto da força de trabalho ocupada.. Os dados apresentados nesta seção serão baseados em Parreiras (2004)

Tabela 7 – Proporção do emprego com carteira assinada no total da ocupação (médias anuais) no Brasil Metropolitano e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990

Anos	Brasil Metropolitano (%)	Região Metropolitana do Rio de Janeiro (%)
1991	53,7	50,1
1992	51,5	47,5
1993	50,8	46,4
1994	49,3	45,5
1995	48,5	45,0
1996	46,7	44,2
1997	46,4	43,9
1998	45,9	43,1
1999	44,5	41,5

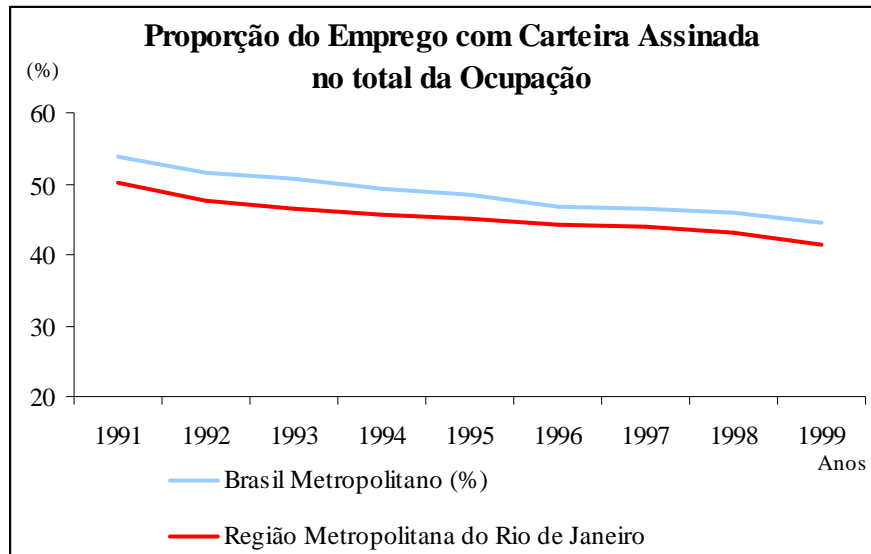
Fonte: PME/IBGE

A análise da tabela 7 acima permite constatar, que em todos os anos houve queda da média anual da participação dos empregos com carteira assinada no total das ocupações, o que ratifica a idéia de que o crescimento econômico ocorrido na década foi de baixa qualidade.

Além disso, ressalta-se que tanto no Brasil como no Rio de Janeiro essa queda foi de aproximadamente dez pontos percentuais ao longo da década, ou seja, cerca de um ponto, em

média, por ano. O gráfico 7 ilustra que a queda na proporção dos empregos com carteira assinada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro seguiu a tendência nacional, sendo apenas um pouco inferior à queda ocorrida no Brasil Metropolitano: 9,2 e 10,1%, respectivamente.

Gráfico 7: Proporção do emprego com carteira assinada no total da ocupação (médias anuais) no Brasil Metropolitano e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990



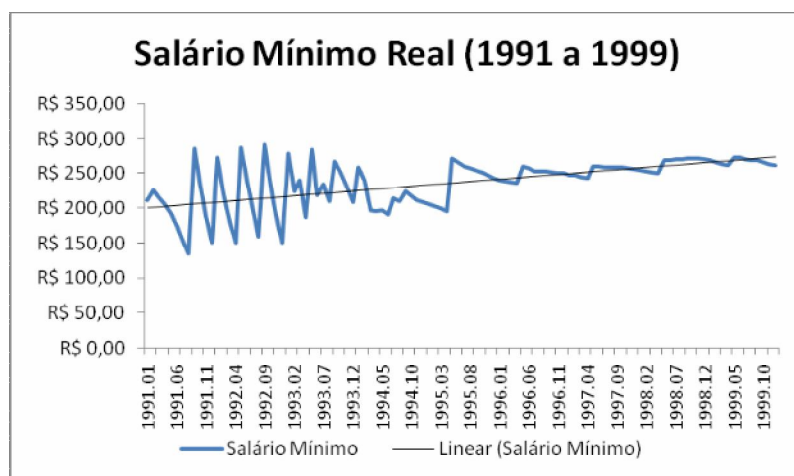
Fonte: Elaboração própria com base em dados da PME/IBGE

2.6.4. A Evolução do Salário Mínimo na década de 1990

No Brasil o salário mínimo passou a fazer parte dos temas em debates a partir da década de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, e foi regulamentado com a Lei nº165 de janeiro de 1936 e o Decreto Lei nº 399 de abril de 1938.

Como a renda dos trabalhadores com carteira assinada é medida em termos do salário mínimo recebido, é relevante avaliar sua trajetória ao longo do período exposto, como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8: Salário Mínimo Real – 1991 a 1999



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IPEA

Série em reais (R\$) constantes do último mês, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

O gráfico demonstra que apesar das grandes oscilações no valor do salário mínimo real no início da década de 1990, houve uma leve tendência de crescimento, seguindo o comportamento do crescimento do PIB do país.

A partir da implantação do Plano Real em 1994, com a conversão da moeda e a contenção dos altos níveis de inflação o salário mínimo se tornou mais estável, continuando a trajetória de crescimento do início da década.

Vale ressaltar que a melhora no salário mínimo real demonstra um aumento do poder de compra dos trabalhadores que possuem sua remuneração atrelada ao salário mínimo, ou seja, os trabalhadores com carteira assinada.

No entanto, para avaliar a relevância desse aumento, deve-se levar em conta a proporção dos trabalhadores com carteira assinada. Como visto na seção anterior, tanto no Brasil quanto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro houve uma queda na participação dos empregos com carteira assinada no total das ocupações na década de 1990, fazendo com que o aumento no salário mínimo tenha beneficiado diretamente uma menor gama de trabalhadores.

2.6.5. A Informalidade no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1990

As mudanças ocorridas no cenário econômico na década de 1990 refletem no crescimento das relações informais de trabalho (trabalho assalariado sem carteira e trabalho por conta própria) no conjunto das seis regiões metropolitanas do país segundo a PME/IBGE, pesquisa na qual serão baseados os dados apresentados na presente seção.

Conforme demonstra o gráfico 9 abaixo, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% em 1991 para mais de 50% em 1999, devido a profundas mudanças ocorridas na estrutura ocupacional metropolitana no período, que podem ser explicadas através da análise de dois importantes setores da economia: a indústria de transformação e o setor de serviços, segundo Ramos (2002).

Gráfico 9: Evolução do Grau de Informalidade no Mercado de Trabalho Metropolitano



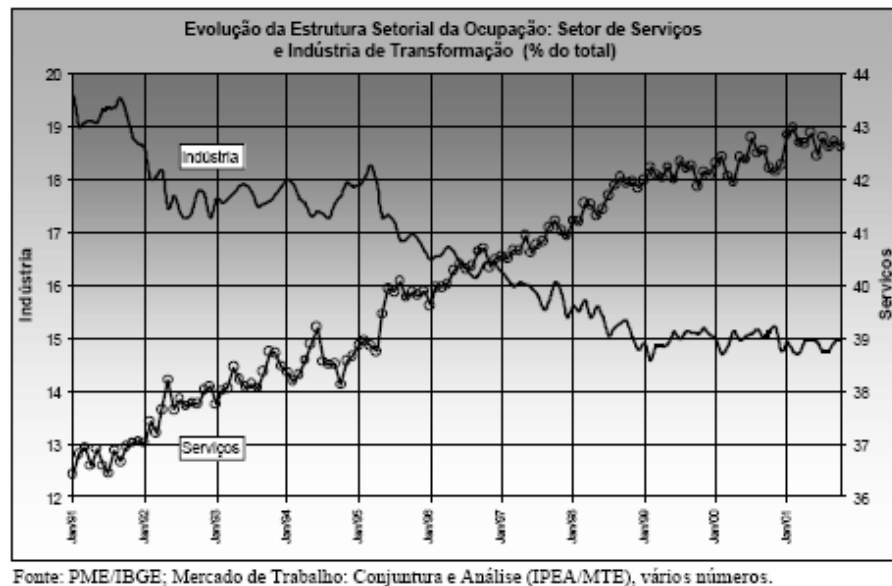
Fonte: Ramos (2002); PME/IBGE

Segundo o autor, a indústria de transformação foi o segmento mais afetado pelo processo de abertura e exposição da economia à concorrência internacional, refletindo em uma perda de importância relativa, reduzindo sua participação do nível de ocupação de 19,5% em 1991 para 15% no final de 1999, como mostra o gráfico 10.

O setor de serviços, devido à própria estratégia de terceirização utilizada pela indústria para diminuir sua estrutura produtiva e por absorver grande parte dos trabalhadores que

ingressaram no mercado de trabalho no período, aumentou sua participação relativa de 36,5% para quase 43% em 1999, como ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 10: Evolução da Estrutura Setorial da Ocupação: Setor de Serviços e Indústria de Transformação



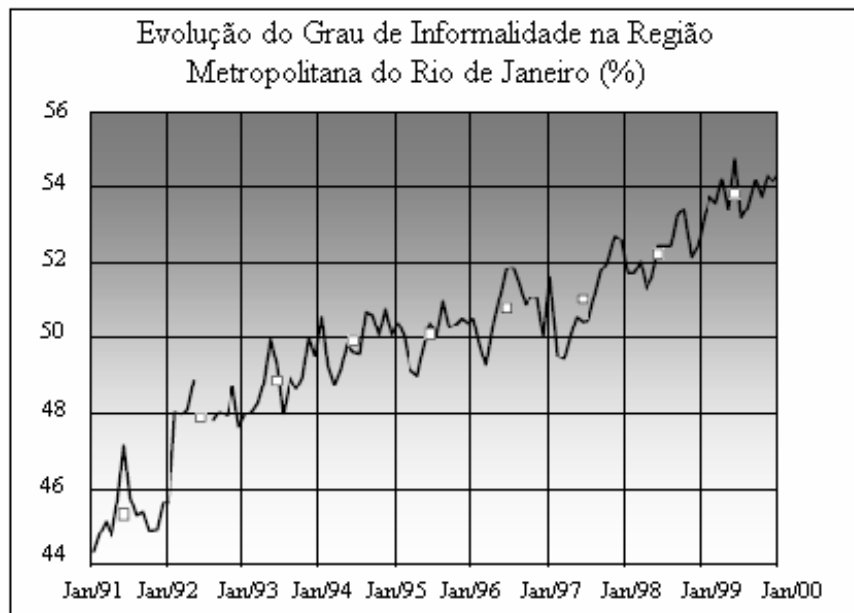
Esta realocação setorial da força de trabalho, somada as características dos postos de trabalho em cada setor (a indústria contrata mais por assalariamento com carteira assinada, enquanto o oposto acontece com o segmento de serviços), está diretamente relacionada ao fato da inserção informal no mercado de trabalho: o total de informais - assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria - se tornou praticamente igual ao de assalariados com carteira. (Ramos, 2002).

Ao analisar o mercado de trabalho da região metropolitana do Rio de Janeiro o autor destaca as diversas características próprias que o distinguem dos demais, como ter a menor taxa de desemprego dentre as seis regiões metropolitanas no período analisado, possuir a força de trabalho com o maior grau de escolaridade e pelo rendimento real médio na RMRJ ser o terceiro dentre as regiões pesquisadas pela PME/IBGE, ficando atrás de São Paulo (a única região que fica acima da média) e de Porto Alegre, por quem foi superada no início de Plano Real.

Na década de 1990, o mercado de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro também foi afetado pelas mudanças econômicas ocorridas e a evolução do grau de informalidade deste segue a tendência observada para o mercado metropolitano do país.

A diferença é que o grau de informalidade na região metropolitana do Rio de Janeiro é sistematicamente superior ao do agregado metropolitano por uma margem de cerca de quatro pontos percentuais. Este diferencial foi reduzido nos três primeiros anos após o Plano Real, chegando a ser inferior a três pontos percentuais, mas retornou àquela marca em 1998-99, como pode ser observado ao comparar o gráfico 9 e 11.

Gráfico 11: Evolução do Grau de Informalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (%)



Fonte: Ramos (2002); PME/IBGE

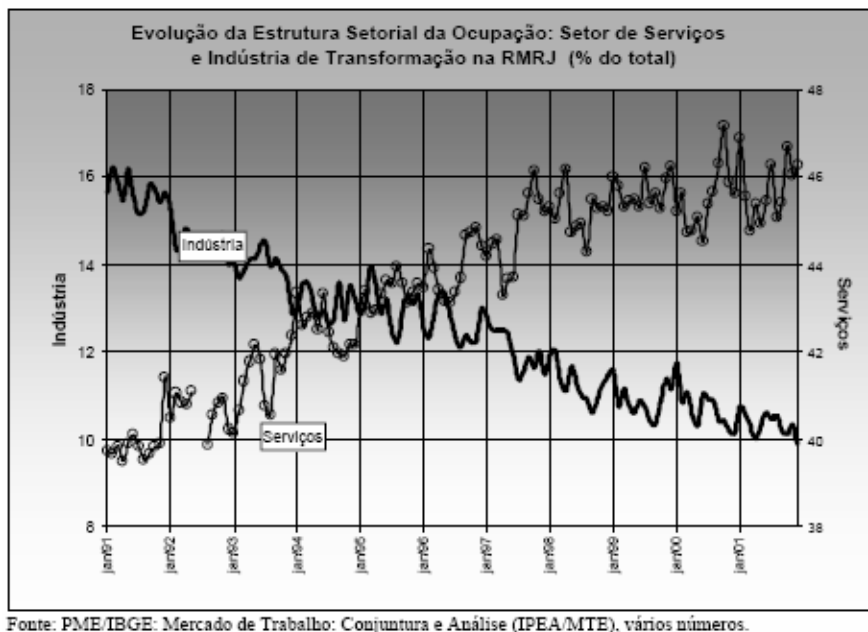
Uma peculiaridade relevante na região está relacionada à composição do setor informal. Nas seis regiões metropolitanas da PME/IBGE, os assalariados sem carteira passaram de 3,14 milhões em 1991 para 4,65 milhões em 2001, o que significa um aumento de 48% na década. Já o contingente de trabalhadores autônomos, ou trabalhadores por conta própria, passou de 3,03 para 3,96 milhões no período, o que equivale a um crescimento de cerca de 31%. Ou seja, o aumento da informalidade foi, no geral, ditado mais fortemente pelo assalariamento sem carteira, segundo Ramos (2002).

Já na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o aumento da informalidade ocorreu mais por conta da expansão do trabalho autônomo, que no final da década já absorvia um contingente maior de trabalhadores do que o dos assalariados sem carteira, revertendo a situação observada no início dos anos 90, segundo o autor.

Para compreender a diferença entre o comportamento da informalidade no país e na região analisada é importante ressaltar que o setor de serviços é mais relevante no mercado de

trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que para o agregado metropolitano e que a indústria de transformação é menos expressiva nesta que no conjunto das seis regiões metropolitanas, como demonstra o gráfico 12. Estes dois fatos são fundamentais para o entendimento do maior nível de informalização das relações de trabalho no Rio de Janeiro.

Gráfico 12: Evolução da Estrutura Setorial da Ocupação: Setor de Serviços e Indústria de Transformação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



As consequências de um processo de informalização como o ocorrido na década de 1990 segundo Parreiras (2004) são bastante negativas e geralmente representa para o trabalhador, a falta de proteção trabalhista, insegurança com o presente e com o futuro, menor remuneração, inexistência de perspectivas de progresso profissional.

Para as empresas, pode-se levar a acreditar em um primeiro momento que existem vantagens em termos de custos trabalhistas, devido a sonegação de direitos e encargos sociais, porém um vínculo informal também implica a falta de estímulo ao aperfeiçoamento da mão de obra, além de menor produtividade.

Já para a sociedade, a consolidação de uma força de trabalho pouco qualificada e pouco produtiva em conjunto com o aumento na desigualdade de rendimentos são outras tantas implicações resultantes da precarização das formas de inserção ocupacional da população.

A autora coloca que um caminho para se enfrentar o problema em questão poderia ser a redução dos direitos e encargos, o que estimularia a formalização dos vínculos.

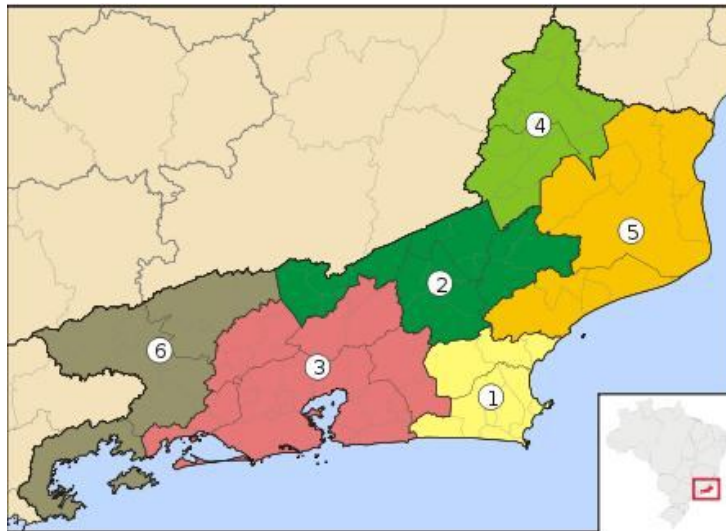
Porém para a análise presente o objetivo é mostrar como, apesar do crescimento ocorrido no Brasil e no Rio de Janeiro na década de 1990, este não se concretizou em uma melhoria na taxa de desemprego, na geração de empregos, no aumento na proporção de trabalhadores com carteira no total da ocupação, e na diminuição da informalidade.

2.7. O Estado do Rio de Janeiro segundo suas regiões

O Estado do Rio é composto por 92 municípios, agrupados em 18 microrregiões e estas em 6 mesorregiões.

O mapa abaixo mostra as mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro. A de número 1 é a das Baixadas Litorâneas, a de número 2 a do Centro Fluminense, a de número 3 a Metropolitana, a de número 4 a do Noroeste Fluminense, a de número 5 a do Norte Fluminense e a de número 6 a do Sul Fluminense.

Mapa 1: O Estado do Rio de Janeiro e suas mesorregiões



Fonte: IBGE

O presente estudo irá analisar o Estado do Rio de Janeiro a partir de suas oito grandes regiões de acordo com a proximidade geográfica, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Ipea/Pnud, 2000.

O Estado do Rio de Janeiro possui 14.391.282 habitantes, segundo dados do IBGE, distribuídos em oito grandes regiões de acordo com a proximidade geográfica dos seus 92 municípios. A região Metropolitana do Rio concentra aproximadamente 75% da população residente no Estado, onde apenas a capital possui 5.857.19904 habitantes.

Essas são compostas pelos municípios discriminados no quadro abaixo:

Quadro 1: Composição das regiões do Estado do Rio de Janeiro

Região do Médio Paraíba	Região das Baixadas Litorâneas
Quatis	Armação de Búzios
Volta Redonda	Arraial do Cabo
Porto Real	Cabo Frio
Barra do Pirai	Maricá
Barra Mansa	Saquarema
Valença	Cachoeiras de Macacu
Pirai	Araruama
Pinheiral	Silva Jardim
Itatiaia	Rio Bonito
Rio Claro	Rio das Ostras
Resende	São Pedro da Aldeia
Rio das Flores	Iguaba Grande
Região Serrana	Casimiro de Abreu
Carmo	Região Metropolitana
Petrópolis	Duque de Caxias
Cordeiro	Nilópolis
Sumidouro	Japeri
Nova Friburgo	Belford Roxo
Cantagalo	Rio de Janeiro
Macuco	São João de Meriti
São José do Vale do Rio Preto	Queimados
Teresópolis	São Gonçalo
São Sebastião do Alto	Nova Iguaçu
Trajano de Moraes	Niterói
Duas Barras	Seropédica
Bom Jardim	Itaboraí
Santa Maria Madalena	Magé
Região Norte Fluminense	Tanguá
São João da Barra	Paracambi
Carapebus	Guapimirim
Conceição de Macabu	Região Noroeste Fluminense
São Francisco de Itabapoana	Porciúncula
Macaé	Miracema
Campos dos Goytacazes	Itaperuna
Quissamã	São José de Ubá
São Fidélis	Italva
Cardoso Moreira	Varre-Sai
Região Centro-Sul Fluminense	Natividade
Mendes	Laje do Muriaé
Paty do Alferes	Santo Antônio de Pádua
Sapucaia	Itaocara
Vassouras	Bom Jesus do Itabapoana
Areal	Cambuci
Paraíba do Sul	Apenibé
Três Rios	Região da Costa Verde
Miguel Pereira	Angra dos Reis
Comendador Levy Gasparian	Parati
Engenheiro Paulo de Frontin	Mangaratiba
	Itaguaí

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Ipea/Pnud, 2000

2.7.1. A evolução da pobreza segundo as regiões do Estado do Rio de Janeiro na década de 1990

Após analisar a economia brasileira e mais especificamente do Estado do Rio de Janeiro, foco do presente trabalho, cabe analisar os dados de renda, pobreza e indigência discriminados por região do Estado do Rio de Janeiro, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Ipea/Pnud, 2000 e Pero (2004), a fim de observar a contribuição de cada região para a conjuntura econômica do Estado na década de 1990, conforme mostra a Tabela 8 abaixo:

Tabela 8: Renda per capita, variação da renda per capita, de pobres e indigentes nas regiões do Estado do Rio de Janeiro – 1991 a 2000

Regiões	Renda per capita (R\$)			Percentual de Pobres	Percentual de Indigentes
	1991	2000	Var %	Var %	Var %
Região das Baixadas Litorâneas	173	286	65,1	-40,9	-44,6
Região Centro Sul Fluminense	170	270	58,6	-38,4	-44,3
Região da Costa Verde	189	276	45,7	-28,6	-20,4
Região Metropolitana	349	456	30,9	-18,6	3,2
Região do Médio Paraíba	219	307	40	-30,8	-34,8
Região Norte Fluminense	190	261	37,2	-35,2	-44,3
Região Noroeste Fluminense	165	240	45,6	-42	-53,2
Região Serrana	244	352	44,2	-39	-37,7
Estado	313	415	32,5	-24,6	-13,5

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – IPEA/PNUD 2000

A tabela mostra que ocorreu um significativo crescimento da renda per capita em todas as regiões do Estado, acompanhado pela diminuição do percentual de pobres e indigentes, com exceção do percentual de indigentes na Região Metropolitana, que apresentou um pequeno aumento.

A Tabela 8 mostra que a Região Metropolitana é a melhor posicionada em termos de renda per capita, sendo esta igual a R\$ 349 em 1991 e R\$ 456 em 2000, porém foi a região que apresentou o menor crescimento no período, 31%.

Percebe-se claramente a estagnação da economia da região, uma vez que a variação do número de indigentes é a única que sofreu um aumento (3,2%) durante o período o que representa um aumento de mais de 100 mil pessoas nessa condição.

Pero (2004) acredita que esses dados apontam para o fato de que a região metropolitana caminha mais lentamente que as demais regiões. Esta constatação revela que o crescimento da

renda e a diminuição da pobreza foram muito mais um fenômeno não metropolitano, devido principalmente ao comportamento positivo da maioria dos municípios da Região das Baixadas Litorâneas.

Quanto ao percentual de pobres, a Região Metropolitana apesar de ter o segundo menor percentual de pobres em 2000 (17,8%) atrás apenas da região Serrana (17%), foi a que apresentou a menor variação no percentual de pobres (18%) no período.

A elasticidade crescimento-pobreza e principalmente crescimento-indigência foram as menores do Estado, uma vez que o crescimento da renda per capita na região foi o menos eficaz na diminuição de pobreza e menos ainda da indigência, percentual que aumentou no período.

Entre os municípios que formam a região Metropolitana, cabe ressaltar que Niterói é a cidade com o maior nível de renda per capita (R\$ 809), seguida da cidade do Rio de Janeiro (R\$ 597). Na Região, Niterói é o município com o menor percentual de pobres (10%) e de indigentes (4%), seguido pela cidade do Rio de Janeiro com, respectivamente, 13% e 6%, segundo análise de Pero (2004).

A tabela 8 mostra que foi registrado na região das Baixadas Litorâneas o maior crescimento da renda entre as regiões analisadas. A renda per capita nessa região cresceu 65%, ao passo que a do Estado cresceu 32%. O combate à pobreza e à indigência foi mais forte, ficando atrás somente do Noroeste Fluminense.

Percebe-se que a Região das Baixadas Litorâneas possui a maior variação de renda per capita (65%) no período, enquanto a Região Norte Fluminense teve o sexto maior aumento (37%). No entanto, a variação de indigentes foi praticamente a mesma nas duas regiões (44%) e a variação de pobres também não refletiu proporcionalmente a diferença entre a renda per capita das duas regiões.

Esse fato demonstra que na região das Baixadas Litorâneas a elasticidade crescimento-pobreza foi menor que na Região Norte Fluminense, ou seja, o crescimento da renda per capita teve um efeito menor quanto a retirar as pessoas da linha de pobreza e indigência.

A região Serrana, com 5% da população do Estado, tem a segunda maior renda per capita (R\$352 – apresentando um aumento de 44,2% em relação ao ano de 1991 – R\$244) e registra os menores índices de pobreza e de indigência (17% e 6% respectivamente). É o único local do Estado onde esses dois indicadores são menores do que a média do Estado.

Outra região que tem um desempenho melhor que a média do Estado é a do Médio Paraíba, onde se localizam 5% da população do Estado. Os dados mostram que, apesar de ter uma renda per capita (R\$307) menor que a média do Estado e um percentual de pobres mais elevado (20% em, 2000), a indigência é relativamente menor nessa região do Estado (7%).

As regiões Norte e Noroeste Fluminense apresentam os níveis mais baixos de renda per capita (R\$261 e R\$240 respectivamente) e os maiores índices de pobreza (28,8% e 29,3% respectivamente) e de indigência (10,5% e 9,8% respectivamente). No entanto, foram as regiões que apresentaram a maior elasticidade crescimento-pobreza do Estado, ou seja, o crescimento da renda foi mais eficaz em diminuir o percentual de pobres e indigentes.

A análise dos dados desta seção revela que existe uma enorme disparidade no que diz respeito à renda per capita, pobreza e indigência entre as regiões do Estado do Rio de Janeiro, em particular entre a Região Metropolitana e o interior do Estado, o que será analisado na próxima seção.

2.7.2 Análise comparativa do crescimento econômico no interior do Estado do Rio de Janeiro

O resultado do Estado do Rio de Janeiro quanto à diminuição da pobreza e da indigência na década de 1990 deve-se em grande medida aos dados da Região Metropolitana, que exercem grande influência na economia do Estado.

A elasticidade crescimento-pobreza e crescimento-indigência apresentaram um desempenho positivo no interior do Estado, no entanto na Região Metropolitana o crescimento da renda per capita não foi eficaz ao se traduzir na diminuição do percentual de pobres e principalmente indigentes no período, o que prejudicou os dados do Estado.

A região é a que apresenta os maiores índices de concentração de população e de Produto Interno Bruto em relação ao Estado. A partir da década de 1990, porém ocorre uma relativa desconcentração.

Em 1991, a região metropolitana concentrava 76,63% da população fluminense, sendo 42,79% só na cidade do Rio de Janeiro. Em 2000, esses números baixaram para 75,69% e 40,70%, respectivamente.

A queda na concentração do PIB foi mais acentuada, a participação da região diminuiu de 82,36% do PIB estadual em 1990, sendo 60,29% na cidade do Rio de Janeiro, para 70,73% e 54,95%, respectivamente em 2000. (Cide, 2001 e 2002; IBGE, 2002)

A diminuição desses índices no decorrer da década de 1990 pode ser explicada, segundo Oliveira (2003), pelas estratégias do Estado e dos setores empresariais, que passaram a valorizar as organizações e instituições que se situavam ou atuavam no interior, buscando políticas e ações para impulsionar o desenvolvimento de todo o território.

Já segundo Barral Neto e Silva Neto (2006) além de ser uma tendência mundial, o processo de interiorização industrial está relacionado aos novos papéis dos Estados e dos municípios, surgidos ao final da década de 80.

A industrialização e a formação do tecido urbano no Estado do Rio de Janeiro possuem especificidades no que concerne à concentração das atividades industriais e à formação, ocupação e desenvolvimento da região metropolitana e do interior do Estado.

Os números da tabela 9 ilustram esses fatos, através da distribuição do Produto Interno Bruto (PIB). Pela tabela, percebe-se que a participação da cidade do Rio de Janeiro gira em torno

de 60%, enquanto a Região Metropolitana do Estado possui 80% do PIB. Nas demais regiões do Estado distribuem-se os menos de 20% restantes do PIB.

Pode-se observar que a região metropolitana é aonde se concentra o maior volume de investimentos e arrecadação, enquanto a participação do interior é sempre pequena. Essa concentração, no entanto diminui a partir de 1998 devido ao crescimento da participação da Bacia de Campos, ligada as atividades extrativas da região.

Tabela 9: Estimativas do Produto Interno Bruto a preços correntes, segundo as Regiões de Governo – Estado do Rio de Janeiro – 1990 – 2000 (%)

Regiões de Governo	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1998	1999
Estado	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Interior (1)	17,64	17,42	17,53	19,55	18,27	16,68	16,79	17,25	16,38
Bacia de Campos (1998)								3,61	6,26
Região Metropolitana	82,36	82,58	82,47	80,45	81,73	83,32	83,21	79,15	77,36
Cidade do Rio de Janeiro	60,28	62,23	61,38	59,04	60,04	59,55	59,42	60,52	58,82
Noroeste Fluminense	0,79	0,73	0,73	0,72	0,76	0,68	0,63	0,99	0,90
Norte Fluminense	2,08	2,29	2,10	2,35	2,02	1,93	2,09	2,59	2,50
Serrana	3,59	3,30	3,29	3,57	3,32	3,47	3,27	3,63	3,41
Baixadas Litorâneas	2,01	1,56	1,77	1,70	1,64	1,75	1,75	1,79	1,60
Médio Paraíba	7,50	8,15	8,32	9,96	9,37	7,80	7,98	6,57	6,18
Centro-Sul Fluminense	0,83	0,79	0,75	0,78	0,68	0,62	0,63	0,87	0,88

Fonte: Secretaria de Fazenda do estado e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Fernandes (2007) corrobora essa questão afirmando que essa nova dinâmica está relacionada, principalmente, ao crescimento da atividade petrolífera, que apresenta forte influência sobre a economia, seja pelos ganhos obtidos diretamente da atividade extrativa e pelo seu efeito multiplicador sobre as demais cadeias produtivas, seja por seus efeitos sobre o balanço de pagamentos e as contas públicas.

A influência desse setor foi de extrema relevância para o Estado do Rio de Janeiro, na década de 1990 tanto que Silva Neto (2006) acredita que as perspectivas de retomada do processo de crescimento econômico do Estado relacionam-se, de forma estreita, com a indústria do petróleo, situada na Bacia de Campos.

Sendo assim, a região norte fluminense, base desse processo, se torna um pólo de destaque econômico apontando para uma diretriz na qual o interior ganha ainda mais relevância na economia do Estado.

Conclusão

Após a delimitação dos conceitos utilizados, a presente monografia analisou a trajetória dos indicadores sociais em face do crescimento econômico do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro na década de 1990.

Foi realizada uma comparação entre os dados do Brasil e dos Estados brasileiros, com foco no Rio de Janeiro, demonstrando que os dados do Estado em sua maioria seguiram a tendência nacional, como no crescimento do PIB, apesar deste ter sido maior no Estado.

Este crescimento se traduziu em um aumento da renda per capita, também maior no Estado que no país. O modo como esse aumento afetou a pobreza e a indigência foi diferente nas regiões observadas.

Destaca-se que a elasticidade crescimento-pobreza do Rio de Janeiro seguiu a tendência nacional, porém a eficácia do crescimento da renda em diminuir a indigência foi bem menor no Estado que no país, devido à grande influência do resultado da região metropolitana, que apresentou um aumento no percentual de indigência apesar do crescimento da renda.

Além disso, ressalta-se que houve um grande aumento na intensidade da indigência no Rio de Janeiro, ou seja, os que permaneceram nessa condição estão numa situação ainda pior.

A renda apropriada pelos 20% mais pobres diminuiu tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro, enquanto houve um aumento na renda média dos 10% mais ricos, apesar da participação desses ter permanecido estagnada no Rio de Janeiro e sofrido um ligeiro aumento no país.

O IDH, índice utilizado para medir o desenvolvimento humano aumentou no Brasil, e em um patamar inferior, no Estado do Rio de Janeiro, enfatizando que o IDH-Renda foi o que menos cresceu em ambos. Além disso, percebe-se através do Índice de Gini que esse desenvolvimento não diminuiu a desigualdade social, uma vez o índice aumento no país e permaneceu constante no Estado ao longo do período.

O crescimento apresentado também não se traduziu em uma melhoria na taxa de desemprego, que cresceu na mesma proporção tanto no Estado analisado quanto no país, nem na geração de novos empregos.

Houve no período uma diminuição na proporção de trabalhadores com carteira assinada no total da ocupação no país e no Estado e um aumento no grau de informalidade em ambos, principalmente no Rio de Janeiro, onde esta apresenta-se como um “colchão” para o desemprego.

A análise realizada demonstra que não ocorreu um crescimento econômico com qualidade no Estado do Rio de Janeiro.

Bibliografia

AGHION, Philippe; GARCÍA-PEÑALOSA, Cecília. Inequality and economic growth: the perspectives of the new growth theories. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 4, p. 1615-1660, Dec. 1999.

AMADEO, Edward. **Quem pode ser contra as políticas sociais?**. Valor Econômico, São Paulo, 30 novembro 2005. Disponível em:

<http://www.valoreconomico.com.br/veconomico/colunistas/?show=index&mat=3406641&caderno=col&edicao=1235>. Acesso em: 25 agosto 2009. JEL: E00, H00

ARAÚJO, Taiana Fortunato. **As inter-relações entre pobreza, desigualdade e crescimento nas mesorregiões mineiras, 1970-2000**. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BAGOLIN, Izete Pengo; GABE, João, RIBEIRO, Eduardo Pontual. Crescimento e desigualdade no Rio Grande do Sul: uma revisão da Curva de Kuznets para os municípios gaúchos (1970-1991). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2003, Porto Alegre, RS. **Anais**. Porto Alegre: FEE, 2003. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/2/2.4.zip>> Acesso em: 20 outubro 2009

BARRAL NETO, J., SILVA NETO, R.. Reestruturação produtiva e interiorização da economia no estado do Rio de Janeiro: uma nova dinâmica para a região norte fluminense. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 15, Caxambu –MG, 2006. **Anais**. Campinas: ABEP, 2006.

BARRETO, Flávio Ataliba. **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade**: o que sabemos sobre eles? Fortaleza, CE: UFC/CAEN/LEP, 2005. (Ensaio sobre a pobreza; 1).

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* **Consequências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006a. 32 p. (Texto para discussão; 1201).

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. (2000), “**O combate à pobreza no Brasil: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da desigualdade**”, in R. Henriques (org.), *Anais do Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA, agosto

BÊRNI, D. A.; MARQUETTI, A.; KLOECKMER, R. A desigualdade econômica do Rio Grande do Sul: primeiras investigações sobre a Curva de Kuznets. In : ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1., 2002, Porto Alegre, RS. **Anais**. Porto Alegre: FEE, 2002. 18 p. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_3_berni_marquetti_kloeckner.pdf > Acesso em: 15 outubro 2009.

BOURGUIGNON, François. **The growth elasticity of poverty reduction**: explaining heterogeneity across countries and time periods. Paris, Fr: DELTA, 2002. (Working paper; 2002-03).

BRUNO, Michael; RAVALLION, Martin; SQUIRE, Lyn. **Equity and growth in developing countries**: old and new perspectives on the policy issues. Washington, DC: World Bank, 1996. 30 p. (Policy research working paper; 1563).

DEININGER, Klaus; SQUIRE, Lyn. New ways of looking at old issues: inequality and growth. **Journal of Development Economics**, v. 57, n. 2, p.259-287, Dec. 1998.

FERREIRA, Marcelo Costa. Permeável, Ma non troppo?: A mobilidade social em setores de elite. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasil, v. 16, n. 47, p.141-185, out. 2001. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/57/54/#i9>>. Acesso em: 16 set. 2008.

FIELDS, Gary S. **Distribution and development: a new look at the developing world**. New York: Russel Sage, 2001. 260 p.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

GUJARATI, Damodar. Modelos de Regressão com uma só equação. In: GUJARATI, Damodar. **Econometria Básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. Cap. 1, p. 11-270.

HOFFMANN, Rodolfo. A distribuição da renda no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p.213-235, 01 dez. 2002. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/a/euc/ancoec/v19y2002p213-235.html>>. Acesso em: 05 set. 2008.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 20 ago. 2009.

IBGE. “Síntese de Indicadores Sociais 2000”. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica n.5. IBGE, Rio de Janeiro, 2001.

IDH-M. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 1991-2000.

JACINTO, Paulo de Andrade; TEJADA, César Augusto Oviedo. Desigualdade de renda e crescimento econômico nos municípios da região nordeste do Brasil: o que os dados têm a dizer? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 32., 2004, João Pessoa, PB. **Anais**. Belo Horizonte: ANPEC, 2004. (Disponível em CD-ROM).

KAKWANI, N.; PERNIA, Ernesto M. What is pro-poor growth? **Asian Development Review**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000.

KILSZTAJN, Samuel . Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482005000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Set 2008.

KRAAY, Aart. **When is growth pro-poor?** Cross-country evidence. Washington, DC: International Monetary Fund, 2004. 34 p. (Working paper; 04/47).

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, v. 15, n. 1, p. 1-28, 1955.

MACHADO, Luiz. Grandes Economistas XVII: Amartya Sen e a nova concepção de desenvolvimento. **Conselho Federal de Economia**, Rio de Janeiro, 07 nov. 2007. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1135&Itemid=102>. Acesso em: 28 out. 2008.

MEDEIROS, C. e Serrano, F. O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente. **Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo, SP, 01 nov. 2008. Disponível em:

<http://www.sep.org.br/artigo/SERRANO_MEDEIROS.pdf?PHPSESSID=e38bdc3de5b5ee5c50b7a50fb4462232> Acesso em: 17 set. 2009

NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade. **Revista do Bndes**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p.145-178, dez. 2000. Disponível em: <<http://raceadm3.nu.ca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/bnasser1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2008.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. São Paulo, 2003. 231 p. Tese (Doutorado) – Geografia, Universidade de São Paulo (mimeo).

OMETTO, Ana Maria H; FURTUOSO, Maria Cristina O; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, n. 29, p.403-414, 01 out. 1995. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=160889&indexSearch=ID#refine>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

PARREIRAS, L. Empregos: quantidade e qualidade. **Boletim da Social Democracia Sindical (SDS)**, p.11. Outubro, 2002. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=86> Acesso em: 10 ago. 2009.

PERO, V. Mobilidade social no Rio de Janeiro. **Boletim da Social Democracia Sindical (SDS)**, p.10. Abril, 2002. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Mobilidade_social_no_Rio_de_Janeiro.PDF> Acesso em: 15 out. 2009

PERO, V., G. Quintaes, et al. Renda, pobreza e desigualdade no Rio de Janeiro: Um balanço da década de 90. Análise do Rio de Janeiro a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano. **Boletim da Social Democracia Sindical (SDS)**, Rio de Janeiro. 2004 . Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php?id_rubrique=86> Acesso em: 10 out. 2009

RAMOS, Lauro. A Informalidade das Relações de Trabalho: 1991-2001. **Boletim da Social Democracia Sindical (SDS)**, Rio de Janeiro, n. 10, p.1-10, 01 Maio 2002. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_informalidade_das_relacoes_de_trabalho.PDF>. Acesso em: 11 dez. 2009.

RAVALLION, Martin; CHEN, Shaohua. Measuring pro-poor growth. **Economic Letters**, v. 78, n. 1, p. 93-99, Jan. 2003.

RESENDE, Guilherme Mendes. O crescimento econômico dos municípios mineiros tem sido pró pobre? Uma análise para o período 1991-2000. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 01, p.1-20, 02 abr. 2007. Trimestral. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

RIBAS, Peres Rafael. Distinguishing Chronic Poverty from transient Poverty in Brazil: developing a model for pseudo-panel data. **Internacional Poverty Centre**, Brasília, n.36, Abril de 2007. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCWorkingPaper36.pdf>> Acesso em: 30 out. 2008.

ROCHA, S. Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro. **Texto para discussão do IPEA** n. 536, 1995. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0536.pdf . Acessado em: Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 244 p.

SALVATO, Márcio Antônio; ALVARENGA, Patrícia Silva; FRANÇA, Cristina Soares; ARAÚJO JUNIOR, Ari Francisco de. **Crescimento e desigualdade**: evidências da Curva de Kuznets para os municípios de Minas Gerais-1991/2000. Belo Horizonte: IBMEC-MG, 2006. (Working paper; 33).

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. Estudos avançados 9 (25), 1995. São Paulo: EDUSP.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya (1990), **The standard of living** (The Tanner lectures). Cambridge, Cambridge University Press.

SERRANO, F. & Freitas F. "A Abordagem Clássica do Excedente", mimeo, IE-UFRJ, 1998

SILVA NETO, Romeu e. Reestruturação Produtiva e Interiorização da Economia no Estado do Rio de Janeiro: Uma nova dinâmica para a Região Norte Fluminense. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006, Caxambu, MG. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_463.pdf> Acesso em: 18 jan. 2010

SIMÃO, Rosyler Cristina Santos. Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais. 2004. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

SON, Hyun Hwa. A new poverty decomposition. Journal of Economic Inequality, v. 1, n.2, p. 181-187, 2003.

TORRES, C. (2003). Teoria crítica e sociologia política da educação. In C. TORRES (org.), Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação. S. Paulo: Cortez Editora/Instituto Paulo Freire.